

Jovens, mundo do trabalho e escola

Maria Carla Corrochano*
Marilena Nakano**

Este tema abrange um conjunto diversificado de teses e dissertações que apresentam em comum a investigação sobre as relações do jovem estudante do ensino fundamental e médio com o mundo do trabalho. Constitui-se, desta forma, uma tríade que toma como ponto de partida o jovem, categoria submersa e ainda pouco explorada no âmbito da produção discente, e se abre para o tema da escola na interação com o trabalho. No entanto, essa linha de investigação cresce em quantidade e ganha densidade em termos qualitativos no Brasil, sobretudo porque parte significativa dessa produção é caudatária de uma das áreas mais consolidadas da pesquisa educacional no Brasil – Educação e Trabalho. Por esta razão, faz-se necessário o resgate de alguns momentos importantes dos estudos dessa área, para, em seguida, aprofundar sua relação com o tema Juventude.

A articulação entre juventude, trabalho e escola é realizada em um conjunto de 80 estudos: sete teses e 73 dissertações, concluídas e defendidas entre 1980 e 1998;¹ no entanto, várias foram as dificuldades de agrupamento dessas teses e dissertações, em razão da existência de estudos que poderiam ser apresentados em mais de um tema, por tratarem de questões muito semelhantes. Por isto, procurou-se reuni-las de acordo com a temática central investigada, alertando-se, sempre que necessário, para a possibilidade de outro recorte temático.

No total da produção discente sobre Juventude, a presença desse tema é bastante significativa em todo o período investigado, embora sua participação relativa se altere a partir de uma perspectiva temporal, o que pode ser observado na Tabela 1. Em relação ao total de teses e dissertações, nota-se que mais de 50% dos trabalhos sobre este tema estão concentrados na década de 90; no entanto, essa produção diminui em termos absolutos e relativos no último subperíodo, embora não se possa verificar ainda se esses índices decrescentes significam, de fato, uma tendência de declínio de interesse nesse campo de pesquisa.

Tabela 1 – Distribuição do tema Jovens, Mundo do Trabalho e Escola em relação à produção total em Juventude, de acordo com o subperíodo

(continua)

| SUBPERÍODOS | PRODUÇÃO TOTAL | JOVENS, MUNDO DO TRABALHO E ESCOLA | % |
|-------------|----------------|------------------------------------|------|
| 1980-1984 | 56 | 12 | 21,4 |
| 1985-1989 | 73 | 14 | 19,2 |

* Aluna de mestrado na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).

** Aluna de doutorado na Faculdade de Educação da USP e professora da Fundação Santo André.

¹ Os títulos foram selecionados a partir dos resumos, com a possibilidade de acesso a 69 deles. Onze estudos não tiveram seus exemplares localizados, tendo sido incorporados somente por meio dos resumos respectivos.

(conclusão)

| SUBPERÍODOS | PRODUÇÃO TOTAL | JOVENS, MUNDO DO TRABALHO E ESCOLA | % |
|-------------|----------------|------------------------------------|------|
| 1990-1994 | 76 | 28 | 36,8 |
| 1995-1998 | 182 | 26 | 14,3 |
| TOTAL | 387 | 80 | 20,7 |

É inegável que a pesquisa sobre as relações entre trabalho e educação constitua campo importante de investigação na pesquisa da pós-graduação, reunindo um grupo de pesquisadores solidamente formado a partir dos anos 80.² Não se trata, aqui, de realizar um balanço dessa produção e de suas tendências, como outros estudos já o fizeram (Kuenzer, 1987; Frigotto, Minayo, Arruda, 1987; Arroyo, 1991; Trein, 1996); no entanto, é preciso reconhecer que, se o tema Juventude exige um esforço investigativo ainda maior para sua consolidação, vale a pena ressaltar alguns dos momentos e aspectos importantes da pesquisa sobre educação e trabalho, pois suas influências foram e continuarão decisivas para o próprio desenvolvimento dos estudos sobre os jovens e o mundo do trabalho na sociedade brasileira.

Embora incrementada no campo da pesquisa no início da década de 80, a relação entre trabalho e educação, como afirma Kuenzer (1988, p. 11), já

ressurge no Brasil com todo o vigor na pauta das discussões dos políticos, intelectuais, dirigentes e trabalhadores ao final dos anos 60, a partir da intensificação das pressões da maioria da população por maior participação política e econômica.

Daí em diante, sobretudo com a aprovação da Lei nº 5.692/71, que instituiu a profissionalização obrigatória no ensino de 2º grau (atual ensino médio), a pesquisa tendeu a estabelecer os parâmetros a partir dos quais essas orientações poderiam ser criticadas, sendo o alvo fundamental a denominada Teoria do Capital Humano³ (Frigotto, 1984; Kuenzer, 1988; Franco, Barbosa, 1990).

Em meados dos anos 80, observa-se uma significativa alteração no âmbito dos estudos sobre as conexões entre escola e trabalho, com as discussões sobre Educação durante a elaboração da Constituição de 1988, que prossegue durante os debates que antecederam a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996. Nesse período, na esteira da superação de uma estreita visão das relações entre educação e o mundo das ocupações, emerge a idéia da educação politécnica e do trabalho como princípio educativo.⁴ Os limites dessas orientações, sua virtualidade enquanto proposta de organização do sistema de ensino e as ambigüidades presentes em algumas das formulações foram apontados em artigos e estudos que delimitaram melhor o campo de investigação e buscaram estabelecer fronteiras e conexões entre o debate político-ideológico travado nesse período e o desenvolvimento da pesquisa e da reflexão teórica. A diversidade de concepções em torno da categoria trabalho vista como princípio educativo e as críticas a uma adoção aistórica e ingênua

² O GT Trabalho e Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) é certamente uma das expressões mais significativas dessa linha de pesquisa na área.

³ Os primeiros trabalhos que marcam a crítica às principais orientações presentes na idéia da profissionalização, segundo Kuenzer (1988), foram produzidos a partir de meados da década de 70 e estabeleciam claros vínculos com os referenciais marxistas (Wardle, 1977; Rossi, 1978). O estudo de Salm (1980) ofereceu elementos importantes para o debate travado na época, pois, segundo Kuenzer (1988, p. 54), o autor teve o "mérito de repor a discussão da relação entre educação e trabalho no seu devido lugar, ao mostrar que a formação do trabalhador ocorre nas relações de produção e não na escola, através de uma pedagogia criada pelo capital". É preciso considerar que os trabalhos de Frigotto (1984) e Frigotto, Minayo e Arruda (1987) retomam criticamente o trabalho de Salm, apontando o caráter mecânico das análises que tanto privilegiam a subordinação direta da escola aos interesses do capital como aquelas que, ao contrário, estabelecem uma dissociação radical entre a prática escolar e as necessidades da produção. A incorporação do pensamento marxista na área educacional em suas várias vertentes é muito bem examinada por Yamamoto. A análise do autor estabelece distinções importantes entre as formulações de feito analítico e aquelas de teor político-militante ou pedagógico-prescritivo (cf. Yamamoto, 1996, parte 2, cap. 6).

⁴ Franco (1990) identifica nesse período, entre outros, três autores que se dedicaram ao tema: Acacia Kuenzer, Dermeval Saviani e Maria Aparecida C. Franco. Em 1989, Machado lança livro onde é examinada sob o ponto de vista teórico-histórico e proposta como alternativa a escola unitária politécnica, em oposição às formulações da escola única do discurso liberal.

dessas formulações são estabelecidas já no final dos anos 80 e podem ser encontradas em Franco e Barbosa (1990) e Kuenzer (1988).

A instigante reflexão de Arroyo (1990), desenvolvida no início dos anos 90, estabeleceu um olhar questionador em torno das idéias sobre o trabalho como princípio educativo. Criticando o pessimismo culturalista que via no mundo do trabalho apenas os seus efeitos perversos sobre o trabalhador, Arroyo (ibidem, p. 8 e 13) também considera que a “superação do ensino profissionalizante e a proposta de uma escola unitária, politécnica, apareceram como um projeto político, como uma estratégia de classe”. No entanto, tais concepções ofereceriam sérios limites, pois, segundo ele, no vínculo entre trabalho e educação estariam minimizados os processos de valorização e acumulação do capital, reduzindo a explicação dos mecanismos que orientam a organização do trabalho apenas à expropriação do saber e à hegemonia cultural. Suas observações certamente contribuíram para produzir uma inflexão benéfica no campo de estudo, sobretudo apontando caminhos novos para a pesquisa, ao propor a seguinte questão:

Em vez dos medos ao caráter deformador do trabalho sob o capital e em vez de simples proclamações do trabalho como princípio educativo, o caminho não poderia ser pesquisar mais como vêm sendo educados o trabalhador concreto, os sujeitos históricos, os educadores dos processos de produção, e ver em que medida vem se tornando o princípio educativo de um novo trabalhador, de uma nova classe? (Arroyo, 1990, p. 43).

Os anos 90, não obstante o retardamento na aprovação da nova LDB, trouxeram novas questões para o debate e a pesquisa acerca das relações entre trabalho e educação, quando são incorporados os temas das inovações tecnológicas e das novas competências a serem adquiridas pelos trabalhadores, de modo a enfrentarem ou se adaptarem, conforme o ponto de vista adotado na análise, a esta nova situação (Ferretti et al., 1994; Frigotto, 1995).

Discutido em toda a década de 90, o tema das novas tecnologias propiciou a ampliação do campo de investigações, pois certamente exigiu a rediscussão dos nexos entre escola e mundo do trabalho em face dessas alterações e o seu impacto na qualificação dos trabalhadores.

Em artigo recente, Kuenzer examina algumas peculiaridades da produção na pesquisa sobre trabalho e educação, marcada pela adoção de análises de caráter excessivamente generalizante, sobretudo no estudo da reestruturação produtiva:

entendo que a reestruturação produtiva tem sido tomada de forma genérica, sem que se considere sua materialidade nesta etapa de desenvolvimento das forças produtivas no Brasil; este discurso homogeneizante acaba por desconsiderar as profundas diferenças regionais, a contradição entre inclusão e exclusão, as territorialidades nos setores da economia, entre empresas líderes e terceirizadas, entre fabricantes e montadoras, e assim por diante (Kuenzer, 1998, p. 68).

De algum modo, as teses e dissertações que elegeram a condição juvenil como objeto privilegiado para a investigação, mesmo que seu tratamento apareça predominantemente a partir da vida escolar, acompanham algumas das tendências investigativas presentes na grande área de estudos Trabalho e Educação.

Mas parte da produção também foi influenciada pelas mudanças observadas no sistema educacional. Ainda na década de 80, as pesquisas de Franco e Durigan (1984), Kuenzer (1986) e Mafrá e Cavalcanti (1992) são unânimes em apontar uma maior presença das famílias de baixa renda no 2º grau a partir dos anos 80, ainda que considerem as diferenças regionais e de idade e gênero, entre outras. De acordo com Franco e Durigan (1984):

A população que hoje pleiteia e freqüenta o ensino de 2º grau é muito diferente daquela que o fazia há dez anos atrás. Em centros urbanos como São Paulo, da totalidade de alunos matriculados no

ensino de 2º grau, 60% freqüentam a escola no período noturno e, entre esses, 84% estudam e trabalham.

Esse processo de mudança se fará presente na produção teórica da área Trabalho e Educação em sua relação com a juventude. Muitas pesquisas começam a refletir sobre as condições dos alunos para além do espaço escolar, incorporando, fundamentalmente, a dimensão trabalho nas análises sobre a escola – principalmente a de nível médio. Assim, a presença do aluno trabalhador exigiria um novo tipo de formação e um novo olhar para a escola pública (Mafra, Cavalcanti, 1992).

As 80 dissertações e teses aqui reunidas examinam, de várias formas e a partir de diferentes pontos de vista, um ou mais elementos da conexão entre trabalho e educação relacionando-a ao jovem. Este grupo diferenciado de temáticas e formas de aproximação dos sujeitos será expresso aqui, para fins de análise, através dos subtemas constituídos de acordo com a Tabela 2.

Tabela 2 – Distribuição do tema Jovem, Mundo do Trabalho e Escola, por subtema e subperíodo

| SUBTEMAS | SUBPERÍODOS | | | | TOTAL | |
|---|-------------|-----------|-----------|-----------|-----------|--------------|
| | 1980-1984 | 1985-1989 | 1990-1994 | 1995-1998 | Nº | % |
| Jovens e Cursos Noturnos | 3 | 6 | 16 | 15 | 40 | 50,0 |
| Jovens, Trabalho e Profissionalização | 4 | 3 | 4 | 2 | 13 | 16,2 |
| Escolha Profissional | 3 | 2 | 1 | 2 | 8 | 10,0 |
| Significados do Trabalho e da Escola para os Jovens | 1 | 2 | 4 | 3 | 10 | 12,5 |
| Mundo do Trabalho e os Jovens | 1 | 1 | 3 | 4 | 9 | 11,2 |
| TOTAL | 12 | 14 | 28 | 26 | 80 | 100,0 |

O subtema que abarca a maior parte desses estudos, Jovens e Cursos Noturnos (50%), trata da especificidade do aluno que freqüenta a escola regular ou supletiva (ensino fundamental ou médio) em período noturno, destinada a suprir as necessidades de escolaridade de jovens que trabalham. O segundo, Jovens, Trabalho e Profissionalização, contempla os estudos que procuraram compreender o ensino profissionalizante e as diferentes habilitações profissionais a partir dos seus alunos. Escolha Profissional, o terceiro, investiga, de modo geral, as dificuldades, expectativas, indecisões e frustrações dos jovens diante da necessidade de escolha no campo profissional e da realidade encontrada no mercado de trabalho. O quarto, Significados do Trabalho e da Escola para os Jovens, abrange pesquisas que discutem a questão dos significados e valores em relação à temática trabalho na sua interseção com a educação. O último subtema, Mundo do Trabalho e os Jovens, toma como ponto de partida o mundo do trabalho em relação aos jovens, sendo que parte das pesquisas a ele vinculadas investiga espaços e setores de trabalho ausentes nas demais teses e dissertações, como as zonas rural e litorânea e o setor de serviços e construção civil, enquanto outras refletem, de maneira mais específica, sobre as transformações no mundo do trabalho, a partir dos anos 90, em relação aos jovens.

As instituições universitárias que abrigaram a produção discente no tema são bastante diversas, como nos demais temas desse estudo, mas pode-se acentuar aquelas que mais se

destacaram na produção: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP (seis dissertações e duas teses), Universidade Federal da Bahia – UFBA (sete dissertações) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (oito dissertações e uma tese). Em cada uma dessas instituições há estudos que foram orientados pelo mesmo professor, o que pode denotar uma maior preocupação com a temática.⁵

Embora se trate de um universo que investigue a dimensão do trabalho para os jovens estudantes, a escola é o espaço privilegiado como ponto de partida para a pesquisa na maioria dos trabalhos, como se pode observar na Tabela 3, a seguir.

Tabela 3 – Distribuição das dissertações e teses, de acordo com o espaço investigado

| ESPAÇOS DE INVESTIGAÇÃO | FREQÜÊNCIA ABSOLUTA | % |
|-------------------------|---------------------|--------------|
| Escola | 57 | 71,3 |
| Trabalho | 2 | 2,5 |
| Trabalho e Escola | 10 | 12,5 |
| Bairro | 1 | 1,3 |
| Escola e Bairro | 2 | 2,5 |
| Outros | 8 | 10,0 |
| TOTAL | 80 | 100,0 |

Do total de dissertações e teses, 71,3% partem da escola para refletir sobre o universo do trabalho e os jovens. Se considerarmos a produção que investigou a escola em conjunto com o trabalho ou bairro, temos mais de 80% de toda a produção. É instigante notar a pequena porcentagem de estudos (2,5%, ou apenas dois estudos) que se utilizam somente do local de trabalho para a realização de sua investigação sobre a relação entre jovens, trabalho e escola. Estudos sobre o trabalho juvenil no campo, no setor terciário e no mercado informal são praticamente ausentes, ainda que, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), de 1995, analisados por Árias (1998), sejam espaços que empreguem um número elevado de jovens:

Segundo os dados da Pnad (1995), o setor agrícola detinha 4,2 dos 16,6 milhões de jovens brasileiros ocupados em 1995, constituindo-se a principal fonte de trabalho deste grupo populacional. Desse total de trabalhadores agrícolas, 57,7% tinham entre 15 e 19 anos de idade e 73,5% eram homens (...). O setor de serviços é a segunda mais importante fonte ocupacional de jovens, totalizando 3,5 milhões de trabalhadores entre 15-24 anos, fundamentalmente do sexo feminino. As participações do Comércio e da Indústria de Transformação no quadro nacional da ocupação juvenil são muito parecidas, com 15,3% e 14,6%, respectivamente (Árias, 1998, p. 525).

Não foram encontrados, também, no exame da produção discente, estudos que investigassem o desemprego juvenil, ainda que suas taxas tenham sido altas nas décadas de 80 e 90, elevando-se sistematicamente nesta última, de acordo com estudo de Pochmann (1999, p. 39):

Durante a década de 80, o desemprego juvenil situou-se entre 4% e 8% da População Economicamente Ativa com idade entre 10 e 24 anos. Nos anos 90, contudo, a taxa de desemprego juvenil

⁵ Celso Ferretti, da PUC-SP; Célia Linhares, da Universidade Federal Fluminense (UFF), e Iracy Silva Picango, da UFBA, orientaram dois estudos cada um; Terezinha F. Burham, da UFBA, orientou três estudos; na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Augusto Nivaldo Silva Triviños orientou quatro dissertações na temática.

apresenta uma tendência de elevação sistemática, pois passou do patamar dos 5% em 1989 para próximo de 14% da PEA juvenil em 1997.

Todos esses dados não se refletem nas pesquisas analisadas. De um lado, elas fizeram uso de uma noção de trabalhador bastante genérica, sob a qual era possível contemplar todos os tipos de trabalho, e, por outro, tomaram o trabalho industrial como modelo capaz de articular referências para analisar essa dimensão, de tal modo que a escola foi pensada como instituição freqüentada, sobretudo, por operários. Assim, as pesquisas reconheceram a importância da experiência produtiva na vida dos alunos, mas não fizeram análises enraizadas nas várias facetas que constituem o mundo do trabalho do jovem na sociedade brasileira.

Nas dissertações e teses que partiram fundamentalmente do espaço escolar para refletir sobre jovens e trabalho, o ensino médio é o nível presente em 45,7% delas. Esse dado parece relacionar-se ao próprio processo de democratização da escola média, já observado anteriormente. Além disso, há um considerável número de pesquisas que refletem sobre a escola e a profissionalização em nível de 2º grau, além dos estudos sobre escolha profissional, que passa a ser uma das preocupações das escolas de ensino médio a partir da Lei nº 5.692/71. Localizou-se, também, um grande número de teses e dissertações que têm por base o aluno do ensino fundamental, sobretudo no subtema Jovens e Cursos Noturnos (40% das pesquisas).⁶

São várias as formas de aproximação do sujeito investigado, compreendendo denominações diversas: aluno, estudante, estudante-trabalhador, adolescente, estagiário. A maior contribuição desse campo de estudos reside na capacidade de tratar, a partir do universo escolar, a esfera do trabalho. Nasce nessa interseção a forte imagem do trabalhador estudante (ou do estudante trabalhador), examinada sempre sob a ótica da escola noturna. O trabalho pioneiro de Carvalho (1981) anuncia no início da década de 80 um dos eixos fundamentais da pesquisa nesse campo, quando examina os cursos noturnos e seus alunos que também trabalham. No entanto, o sujeito da investigação – o jovem – é apenas um informante que avalia a adequação/inadequação da escola e do trabalho nessa interação. Poucas são as pesquisas que investigam o sujeito na dinâmica das determinações estruturais, suas formas de socialização, as dimensões da subjetividade, práticas, orientações e valores. Algumas análises omitem dados elementares, como a faixa etária dos sujeitos investigados (a não ser a referência à condição de adolescentes e jovens), sexo, etnia. Na maioria dos casos, a única informação revelada é a do pertencimento dos sujeitos a uma determinada classe social, fundamentalmente a classe trabalhadora, pensada de modo genérico e, às vezes, abstrato.

ANÁLISE DOS SUBTEMAS

Jovens e Cursos Noturnos

Em virtude da democratização do acesso à escola pública, ocorrida na década de 70, e da ampliação de vagas no período noturno, incluindo trabalhadores no mundo da escola, o tema do curso noturno e sua relação com esse tipo de estudante passaram a ser foco de atenção dos alunos de pós-graduação, especialmente em função da existência de inúmeros problemas, como evasão, repetência e fracasso de um número significativo de alunos e o distanciamento entre as propostas existentes e as expectativas ou características desse tipo de aluno.

Tendo em vista o grande número de dissertações e teses no interior desse subtema, foi necessário agrupá-las em diferentes problemáticas, conforme pode ser visto na Tabela 4.

⁶ São poucos os estudos que partem do ensino supletivo para análise (11,4%), e apenas duas pesquisas (2,9%) consideram os jovens do ensino médio e fundamental na sua reflexão.

Tabela 4 – Distribuição das teses e dissertações no subtema Jovens e Cursos Noturnos, de acordo com a problemática investigada

| PROBLEMÁTICAS | SUBPERÍODOS | | | | TOTAL |
|---|-------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| | 1980-1984 | 1985-1989 | 1990-1994 | 1995-1998 | |
| Jovens trabalhadores do curso noturno: significados, representações e experiência sobre a escola e o trabalho | 2 | 2 | 7 | 6 | 17 |
| Adequação do curso noturno aos estudantes trabalhadores | - | 4 | 4 | 4 | 12 |
| Fracasso escolar: evasão e repetência de estudantes trabalhadores no curso noturno | - | 1 | 5 | 5 | 11 |
| TOTAL | 2 | 7 | 16 | 15 | 40 |

Observando-se a evolução da produção discente nesse eixo, verifica-se que o curso noturno é, sobretudo, um tema da década de 90. Observa-se neste caso algumas tendências: 1) investigar o sujeito que frequenta o curso noturno, de modo geral o jovem que estuda e trabalha, trazendo à tona elementos que permitam identificar como vêm, pensam, sentem e vivem experiências em torno da escola, do trabalho e das relações entre ambos; 2) chamar a atenção para problemas como o da inadequação dos cursos noturnos para os estudantes trabalhadores, evidenciando que a democratização do acesso não veio acompanhada de um ensino mais adequado aos interesses, necessidades e peculiaridades deste tipo de aluno; 3) finalmente, o do fracasso, manifesto através da evasão e da repetência, maiores no curso noturno do que no diurno.

PROBLEMÁTICA 1 – JOVENS TRABALHADORES DO CURSO NOTURNO: SIGNIFICADOS, REPRESENTAÇÕES E EXPERIÊNCIAS SOBRE A ESCOLA E O TRABALHO

No conjunto dos estudos sobre Jovens e Cursos Noturnos, há um grupo de 17 trabalhos (16 dissertações e apenas uma tese) cujo foco são as significações e as representações de estudantes trabalhadores sobre a escola e o trabalho e a relação entre ambos, bem como as suas experiências e os processos de constituição de sua identidade. É interessante notar que se trata de quase metade de tudo o que foi produzido sobre cursos noturnos no período estudado.

Nesse grupo, há um primeiro subconjunto de sete estudos que evidenciam a presença de representações e experiências a partir de um padrão considerado dominante, mesmo apresentando algumas variações: os sujeitos (alunos) ainda são vistos como alienados, o que evidencia a opressão, a dominação e a exploração, processos que não são por eles percebidos. Mostram a busca da escola por parte desses jovens como meio de obter melhores posições na sociedade, constituindo esse movimento uma forma de ilusão.

A dissertação de Carvalho (1981) ilustra essa perspectiva, pois seu estudo, tendo em vista o caráter pioneiro, passa a ser referência para inúmeros outros pesquisadores. A partir de depoimentos e da observação regular de um grupo de estudantes de Ribeirão Preto (SP), de 5ª a 8ª série do ensino fundamental, procura conhecer melhor as relações entre a escola e o processo produtivo. Verifica que estudantes se iludem com a idéia veiculada de que estudar é um investimento para o futuro; além disso, assumem a culpa pelos seus fracassos e são disciplinados pela escola. Sobre o trabalho, consideram-no uma atividade concreta que permite a aquisição de mercadorias, menos disciplinadora que a escola.

Segundo Carvalho (1981), os dados da pesquisa evidenciam, também, que os alunos têm representações positivas sobre a escola, particularmente no que diz respeito à convivência e amizade desfrutadas neste espaço; percebem a artificialidade do currículo; desconfiam da existência de controle através das matérias ensinadas. Ainda que de maneira ambígua, têm a nítida idéia de que o trabalho é realizado pelo empregado, mas os frutos não são dele e sim do patrão; captam, mesmo que de modo fragmentado, a contradição básica entre capital e trabalho. Mas a autora privilegia em sua análise um recorte dominante do pensamento no período, reforçando o “caráter de classe da escola capitalista”, que se revela principalmente na separação entre trabalho intelectual e trabalho manual, afastando os trabalhadores da escola e os estudantes da produção. Aborda também questões relativas ao reduzido aproveitamento da escolarização nesse turno, pela crença, por parte dos professores, de que não há condições de se exigir maior empenho das pessoas que trabalham durante o dia. Alerta para a necessidade de uma melhor análise da condição do estudante-trabalhador e a importância da reformulação do conceito trabalho, caso se queira modificar as condições dos cursos noturnos.

Cordeiro (1985),⁷ Guimarães (1990),⁸ Galindo (1996)⁹ e Escarião (1996) realizam investigações que confirmam os resultados de Carvalho (1981), reforçando especialmente a tese de que estudantes trabalhadores vêem na escola a possibilidade de ascensão e conquista de melhores posições na sociedade, e que, apesar das críticas que fazem, não se mostram capazes de transformar a escola. Assim, durante 15 anos, a investigação tendeu a reiterar os resultados da pesquisa de Carvalho de 1981.

Escarião (1996), ao investigar estudantes trabalhadores pobres da Paraíba, conclui, como outros, que há um desencanto com o cotidiano escolar; que eles não percebem a face da exploração e da alienação do trabalho; que atribuem à escola o papel de transmitir conhecimento. Esses sujeitos não conseguiriam ultrapassar os mecanismos de controle presentes na escola e não percebem o domínio do saber como instrumento de poder.

Há neste primeiro grupo de trabalhos duas dissertações que se distinguem pela especificidade dos sujeitos pesquisados: a de Oliveira (1991) e a de Tahim (1982). A primeira investiga alunos trabalhadores de 1ª a 4ª série do ensino fundamental e a segunda investiga mulheres. Ao investigar o estudante trabalhador de escola de 1ª a 4ª série do município de Camaçari (BA), na faixa etária de 11 a 55 anos, com predominância de indivíduos com idade de 11 a 20 anos, Oliveira chama a atenção para o fato de que a escola noturna trabalha com a categoria adulta desconhecendo que existem adolescentes. Verificou que as razões fundamentais que levam os alunos para a escola são o aprender a ler, escrever e contar e conseguir emprego. Essas motivações traduzem a escolaridade como uma esperança do aluno trabalhador de conquistar o direito à cidadania e se inserir no mercado de trabalho formal. Essa mesma esperança é acompanhada pelo obstáculo representado pela dificuldade de conciliar escola e trabalho.

Tahim (1982), após estudos com mulheres de Natal (RN), do ensino filantrópico – fundamental e médio – para adultos, privilegiando a faixa etária de 17 a 25 anos, verifica que praticamente a metade delas está fora do mercado de trabalho. O nível de escolaridade contribui para o aumento das chances de emprego, mais para as mulheres solteiras do que para as casadas. As mulheres, diferentemente dos estudos citados até aqui, têm como expectativa a ascensão educacional e a obtenção de *status* social, mais do que melhoria econômico-financeira. Além disso, não acreditam na existência de possibilidades reais de promoção social. O trabalho evidencia o desencontro entre as expectativas da direção da escola, defensoras de um currículo generalista, e as alunas que almejam uma orientação profissionalizante. Os dados colhidos mostravam, também, que a busca de trabalho pela mulher é determinada pelas necessidades não só econômicas, mas, também e principalmente, pela afirmação pessoal.

⁷ Cordeiro investiga alunos dos cursos profissionalizantes de Administração e Eletrotécnica, do nível médio, na maioria entre 18 e 23 anos, trabalhadores nordestinos, pobres, de escola de Salvador (BA).

⁸ Guimarães estudou o aluno trabalhador de infância encurtada, de 5ª a 8ª série do ensino fundamental de Uberlândia (MG).

⁹ Galindo também privilegia em sua investigação estudantes trabalhadores provenientes de famílias de baixo poder aquisitivo, mas do município de Marília (SP), da 8ª série do ensino fundamental, cuja renda é essencial para a sobrevivência da família.

Uma análise preliminar desse primeiro subconjunto de sete trabalhos sobre os significados, representações e experiências de jovens trabalhadores do curso noturno sobre educação e trabalho revela uma grande tendência relativa à produção discente de pós-graduação a de tomar o jovem a partir de sua presença na estrutura de classe, condicionado pela “ideologia dominante”. O referencial teórico adotado é o marxista, especialmente a vertente estruturalista, que vê a escola como um aparelho ideológico do Estado (Althusser, 1983; Baudelot, Establet, 1976 e 1979).

Além disso, esta visão vem reforçada pela tese de Braverman (1988) de uma gradual e progressiva desqualificação dos trabalhadores, produzida sob a égide do capitalismo. Assim, apesar de anunciarem a existência das contradições, também baseadas em autores marxistas (Snyders, 1974; Thompson, 1979 e 1981; Giroux, 1987), os investigadores terminam por evidenciar significados e representações de estudantes trabalhadores marcadas pela idéia da reprodução das relações sociais de dominação existentes. Muitas vezes, no corpo do trabalho, os dados colhidos oferecem possibilidades mais complexas para a análise que não são levadas em conta. A adoção de formulações gerais mais designa do que ajuda a compreender os processos sociais, apesar de haver declarações manifestas de estabelecer uma análise do concreto, apoiando, quase todos, nas formulações de Kosik (1976).

Um segundo subconjunto, composto de cinco investigações, evidencia, a partir da análise do material empírico, não só a existência de representações de estudantes trabalhadores que reproduzem as relações sociais de dominação, mas, também, destaca significados e experiências marcados pela capacidade autônoma de realizarem outros modos de inserção na vida e outra forma de constituição da própria identidade.

O estudo de Machado (1991) mostra que as deficiências da escola são percebidas pelos estudantes trabalhadores com idade de 13 a 22 anos, de 5ª a 8ª série do ensino fundamental de escola pública de São Paulo (SP). Em função de seu estado de pobreza, valorizam os estudos e freqüentam a escola pela necessidade de permanência no emprego, pelo desejo de ocupar cargos mais gratificantes (financeira e socialmente) e pela vontade de adquirir conhecimento sistematizado que lhes proporcione condições de prosseguir a vida acadêmica ou desempenhar melhor sua profissão. Além disso, jovens conferem importância à escola porque nela vivenciam experiências grupais e a percebem como um espaço menos rígido do que o trabalho.

Neves (1992), ao pesquisar estudantes trabalhadores de escola supletiva do ensino fundamental do Rio de Janeiro (RJ), centrou sua investigação nos processos de subjetivação que adentram e, ao mesmo tempo, conformam o campo social. Conclui que o mundo do trabalho e o da escola não estão em campos opostos. Ao captar o cotidiano da escola, encontrou indivíduos que teimam em sonhar, singularizar, lutar e se solidarizar com a vida, mostrando-se capazes de estilizar espelhos, de se recusarem a virar homens-mercadoria, conferindo à escola um papel importante como espaço de encontros, de sonhos e de criação.

Alvarim (1992) desenvolve pesquisa numa escola supletiva do Rio de Janeiro (RJ) e verifica que alunos depositam nela esperanças e lutam para realizá-las, não se conformando com o “destino” que lhes foi traçado pela sociedade. Resistem à posição de despossuídos decorrente do contexto social em que estão inseridos. A escola aparece como local importante de socialização, onde podem sair do asfixiante mundo do trabalho e encontrar outros seres semelhantes, com ideais e histórias de vida similares. Nela também aparece a possibilidade de ampliação do círculo de amizades e até dos encontros amorosos.

Oliveira (1994) investiga jovens de escola de nível médio de Belo Horizonte (MG), na faixa etária de 21 a 27 anos, que em algum momento da vida tiveram a trajetória escolar interrompida. Todos consideram a formação escolar necessária, mas a pesquisa indicou a existência de distintas visões e expectativas no interior do grupo pesquisado, segundo as frações a que pertencem. No primeiro subgrupo, formado por empregadas domésticas, a conclusão do segundo grau é vista como possibilidade de proporcionar melhores condições de emprego. Isso, no entanto, foi expresso de forma vaga, e as estratégias nesse sentido não foram explicitadas. A permanência na escola significa possibilidades de contatos sociais, de divertimento, afastamento do trabalho e a busca da valorização social. Para o segundo

subgrupo, formado por trabalhadores de diferentes categorias profissionais, mais valorizadas do que a de empregada doméstica, a expectativa de conclusão do ensino médio apresenta-se num horizonte mais amplo e definido. Dentre as suas expectativas em relação à escolarização, destacam-se, além da melhoria no trabalho e a oportunidade de socialização, a aprovação em concursos e, em alguns casos, a continuação dos estudos.

Dayrell (1989) pesquisou como jovens percebem, *a posteriori*, seu processo de formação, de constituição como trabalhadores. Seu universo empírico foi constituído por alunos do ensino fundamental de Belo Horizonte (MG), entre 25 e 55 anos. Na vida desses estudantes trabalhadores, é o trabalho que explica e dá sentido à volta à escola – nela reelaboram o seu espaço físico, suas relações e seus conteúdos, de tal forma a fazer dela uma unidade sociocultural complexa. A escola, na ótica desses atores, torna-se um dos poucos espaços a que têm acesso, onde podem vivenciar a possibilidade de novas relações, elevar o nível moral e intelectual, enfim, onde podem se colocar como sujeitos de dignidade e de direitos. Estes sujeitos adotam atitudes de conformismo e resistência, pois o trabalho, para eles, é uma grande experiência educativa e não simplesmente algo que atrapalha a vida escolar. Além disso, o autor evidencia que há uma dimensão educativa em espaços e momentos que ultrapassam a sala de aula e o processo de ensino.

Este subconjunto incorpora referencial teórico que tenta aliar a noção de sujeito e a experiência por ele construída, inspirando-se em Thompson (1981 e 1979); no entanto, tal como os pesquisadores do grupo anterior, neste também os pesquisadores, em sua maioria, tendem a realizar análise unilateral, mas no sentido oposto – o da capacidade de oposição e de transgressão do sujeito em um espaço controlado como o da escola. Como no outro subconjunto, a produção, em geral, não estabelece as devidas mediações entre curso noturno, aluno trabalhador e mundo do trabalho.

Finalmente, entre os 14 trabalhos analisados cujo foco são as significações e as representações de estudantes trabalhadores sobre escola e trabalho, bem como as experiências e os processos de constituição de sua identidade, há um terceiro subconjunto composto de duas investigações.

Freitas (1995) investiga dois grupos de jovens de origens sociais diversas que freqüentam curso supletivo de ensino fundamental em São Paulo (SP). O primeiro era composto por alunos de faixa etária entre 20 e 25 anos, negros, mulatos e brancos, na maioria migrantes, todos trabalhadores cuja identidade era marcada pelo mundo do trabalho. Para estes, a escola era um espaço importante e valorizado, por representar algo desejado como parte de uma etapa “vitoriosa” na trajetória do migrante e meio de acesso à modernidade e de inclusão social. Já para o segundo subgrupo, composto por adolescentes e jovens entre 17 e 23 anos, brancos, solteiros, paulistanos, morando com as famílias e delas dependendo financeiramente, a escola era fonte de conflitos. Nela conviviam com a idéia de que estavam “atrasados” sob o ponto de vista escolar, suportando a instituição apenas como a configuração de um espaço de sociabilidade e de experiência de uma vida juvenil, onde os conhecimentos veiculados eram pouco importantes, e não encontravam no mundo do trabalho elementos capazes de estruturar uma identidade de trabalhador.

O outro estudo, a única tese de doutorado de todo o grupo, investiga jovens de 14 a 24 anos, de 5ª a 8ª série de escola pública noturna de Salvador (BA). Marques (1995) pesquisa esses jovens segundo a relação que estabelecem com a escola, o trabalho, a família, a cultura, o lazer, as suas expectativas e aspirações, e a forma como está sendo construída sua identidade nesses múltiplos espaços. Seus investigados se inserem no mundo do trabalho mais do que em função da pobreza, mas pela busca de um maior respeito e autonomia em relação ao adulto, pelo espaço de convivência, pelas possibilidades de fazer novas amizades, pela ampliação dos horizontes em termos de conhecimentos, pelo consumo de bens culturais que lhes permitam identificar-se como jovens; ou seja, o mundo do trabalho deixou de ser referência central para analisar esses jovens trabalhadores. A escola, por sua vez, se transforma em espaço importante de sociabilidade juvenil, além de local onde esses sujeitos buscam, especialmente através do credenciamento, conseguir um emprego melhor no futuro. Assim, conteúdos, funcionários, professores e regras deixam de ser, como partes da instituição escolar, importantes para os jovens, já que estes os ignoram. A pesquisadora conclui que os jovens buscam na escola não

só a qualificação profissional, mas, também, espaço de sociabilidade, e que o trabalho, apesar de presente, não estrutura fortemente sua experiência; no entanto, é por causa dele que freqüentam a escola, pois o emprego é visto como garantia de sobrevivência e como meio de identificar-se como categoria social – a juventude.

Esses dois trabalhos, ambos de 1995, são exceções em meio à grande maioria da produção desse conjunto. Diversamente, pesquisam os jovens como categoria social percorrendo a literatura sobre o tema, com a inclusão, também, de autores brasileiros.¹⁰

Vale ressaltar que, não obstante a adoção de diferentes bases teóricas e diferentes formas de aproximação dos sujeitos investigados, esse conjunto de estudos permitiu chegar a conclusões reveladoras sobre experiências e significados que jovens atribuem à escola noturna em sua relação com o trabalho.

PROBLEMÁTICA 2 – ADEQUAÇÃO DO CURSO NOTURNO AOS ESTUDANTES TRABALHADORES

Nesse grupo estão reunidas 12 pesquisas que indicam a inadequação do curso noturno aos alunos e às suas peculiaridades, aspirações, necessidades e interesses. Oito delas tratam da inadequação do curso noturno para o aluno trabalhador naquilo que diz respeito ao currículo, à metodologia e à prática pedagógica, porque não se levam em conta as peculiaridades desse aluno.

Ferraz (1989) centra sua investigação nas questões relativas à transmissão de conhecimentos a alunos trabalhadores de 5ª a 8ª série, numa escola de Recife (PE). Detecta que o ensino se faz de forma desvinculada da realidade, porque toma como referência o aluno do curso diurno. No confronto entre ensino e aluno idealizados e a realidade concreta do ensino noturno, o professor, como trabalhador que ensina a outro trabalhador, coloca-se numa posição ambígua, ora identificando-se com o aluno, ora se afastando dele. Dessa ambivalência emergem elementos que se contrapõem às justificações ideológicas que mostram ao estudante o esforço individual como elemento suficiente para o sucesso escolar.

As condições precárias do curso noturno também foram investigadas por Fiker (1989), numa escola pública de 5ª a 8ª série da cidade de São Paulo que atende alunos de 13 a 26 anos. Pesquisa realizada por Bites (1992) nas mesmas séries indica que em Goiânia a situação não é diferente. O ensino regular noturno vem sendo tratado como se fosse diurno, e, por isso, os resultados educacionais são mais agravados e as deficiências, potencializadas. O modo como agem os atores no interior da escola evidenciam a ausência de um projeto de trabalho pedagógico preestabelecido. O trabalho docente é marcado pela desilusão, decepção, desinteresse, tristeza. Além disso, há uma tendência de alunos, professores e direção transferirem a outros a responsabilidade pelos empecilhos a que as ações aconteçam de modo mais adequado.

Estudos realizados por Freitas (1994) em Porto Alegre (RS), em uma escola de ensino fundamental de 5ª a 8ª série, e por Bortoli (1985), em uma escola de ensino médio, trazem elementos das relações entre cotidiano da escola, currículo proposto e a inadequação da educação oferecida. Portela (1989) investiga expectativas de estudantes trabalhadores de escola de nível médio de Curitiba (PR), de 15 a 18 anos, que cursam as modalidades profissionalizante e acadêmica, tendo encontrado visões diferentes entre eles: uns desejam mais a realização profissional, outros, a preparação para o vestibular.

As evidências da inadequação do curso noturno para alunos trabalhadores seguem sendo apontadas por pesquisadores ainda nos trabalhos mais recentes. Assim, Senra (1997), ao investigar uma escola de suplência de nível médio situada no bairro de Jacarepaguá no Rio de Janeiro, que atende alunos de 16 a 40 anos, conclui que a maioria, ao estabelecer alguma relação entre o que aprende na escola e o seu trabalho, o faz de forma imediatista e superficial, ou seja, não realiza uma reflexão mais profunda acerca do processo de produção do qual participa. Poucos professores levam

¹⁰ Ariès (1981), Dubet (1987 e 1991), Melucci (1983, 1991 e 1992), Braslavsky (1985), Eisenstadt (1976), Abramo (1989 e 1994), Bourdieu (1983), Foracchi (1965, 1972 e 1982), Madeira (1986 e 1989), Sposito (1988, 1992, 1993 e 1994); Tirado (1994), Velho (1986), Zaluar (1992 e 1994) e Willis (1991).

em conta a condição de trabalhador de seus alunos, desencadeando um misto de raiva e de mágoa da parte destes, porque não são ouvidos no interior da escola. A relação da escola noturna com o trabalho tem sido feita no sentido de amenizar os problemas temporais da conciliação entre essas atividades ou de promover atitudes facilitadoras da atividade escolar decorrente da “compreensão” e “piedade” em relação ao fato de ser o seu aluno um trabalhador.

No âmbito das relações pedagógicas nos cursos noturnos, Souza (1993) investiga a autoridade do professor. Alunos do nível médio de uma escola de Santos (SP) têm representações diferentes sobre autoridade, dependendo do curso que freqüentam, sexo, idade e clima relacional permitido pelo professor.

Finalmente, há duas dissertações – Sanches (1998) e Benasully (1998) – cujos pesquisadores realizam investigações assumindo o pressuposto do trabalho como princípio educativo, buscando subsídios para um novo projeto de escola. Consistem em estudos de feição eminentemente propositivo e, em geral, fazem um diagnóstico da precariedade da escola e sua falta de adequação às novas exigências da produção. Sanches pesquisou alunos do ensino médio de escola pública em Santo André (SP), enquanto Benasully realizou estudo de campo em escola de 5^a a 8^a série, em Macaé (RJ), examinando algumas propostas desenvolvidas e suas limitações. Embora defendam a urgência de um novo projeto, os estudos não avançam em recomendações, apesar da intenção propositiva dos autores.

Nesse conjunto de dissertações, há uma base teórica apoiada predominantemente no marxismo, sobretudo a partir de Gramsci (1966, 1968 e 1984), utilizado como referência, na maioria das vezes, indiretamente, através de outras citações (Giroux, 1987; Snyders, 1974; Manacorda, 1991; Macciocchi, 1980; Saviani, 1984, 1985, 1986, 1994 e 1997). No entanto, observa-se que os recursos aos pesquisadores brasileiros permanecem durante o período investigado, mas com ênfases diferentes. Assim, entre os trabalhos produzidos ao longo da década de 80 e no início da de 90, são citados nas bibliografias, mais freqüentemente, Freitag, Cunha e Warde, e, na década de 90, Arroyo. Na discussão específica sobre as relações entre trabalho e educação no decorrer da década de 80 e início da de 90, a referência mais freqüente é a Salm, enquanto na década de 90 a predominância recai sobre Enguita e Kuenzer. No final do período estudado, depois de 1997, são constantes as referências a Frigotto.

A utilização de todos esses autores como referências importantes revela como os pesquisadores discentes, ao se apropriarem das análises feitas sobre o sistema educacional brasileiro, tendem a indicar a inadequação da escola para as camadas populares, os trabalhadores em geral, absorvendo o tom de crítica predominante no debate acadêmico do período; por outro lado, verifica-se uma ausência de referências mais específicas sobre o aluno trabalhador, particularmente o jovem, pois muitos estudos reiteram as análises de Carvalho (1981). A produção é predominantemente qualitativa, sendo utilizadas as entrevistas, os questionários e, mais recentemente, as observações, diante da tentativa de apropriação do aporte etnográfico da Antropologia.

PROBLEMÁTICA 3 – FRACASSO ESCOLAR: EVASÃO E REPETÊNCIA DE ESTUDANTES TRABALHADORES NO CURSO NOTURNO

Nesta problemática foram localizados 11 trabalhos que, exceto um, foram produzidos na década de 90.

Inúmeras são as causas apontadas para a evasão e repetência de estudantes-trabalhadores do curso noturno, mas predomina em oito dissertações a idéia básica e central (com pequenas variações) da combinação de mecanismos intra-escolares com a incompatibilidade entre trabalho e escolaridade.

Nunes (1995) investiga estudantes trabalhadores do ensino médio de Salvador (BA), cuja maioria está situada na faixa etária de 18 a 25 anos. Ferreira (1997) estuda alunos de 5^a série do ensino fundamental de Uberlândia (MG), de 14 a 22 anos de idade. Ambas verificam que o cansaço e as preocupações decorrentes do trabalho, atrasos constantes por dificuldades de transporte, falta de tempo para estudar e de dinheiro para comprar livros são elementos que contribuem para o fracasso desses alunos e o abandono da escola. Mas o fracasso e o abandono não podem ser atribuídos única e

principalmente às condições dos estudantes, uma vez que a escola apresenta situação materialmente precária, e as atividades pedagógicas não conseguem atender às necessidades e interesses dos alunos. Além da dificuldade para combinar trabalho e escola, o abandono e a evasão são motivados pela constatação de notas muito baixas nas duas primeiras unidades e a falta de interesse do próprio aluno.

Reginato (1995), por sua vez, investiga ex-alunos de 5^a a 8^a série do ensino fundamental, com idades predominantes de 15 a 17 anos, do município de Rafard (SP), chegando a conclusões similares às dos dois trabalhos anteriores, mas qualifica a saída dos alunos trabalhadores da escola como fenômeno de exclusão, uma vez que esta instituição não considera a prática social do trabalhador estudante e, além disso, as relações capitalistas criariam os empecilhos para que um trabalhador consiga combinar estudo e trabalho.

Na mesma linha, Hickmann (1992), ao estudar alunos de 5^a a 8^a série do ensino fundamental de escola situada em Sapucaia do Sul (RS), procura entender o movimento constante desses sujeitos, o de ir e vir para a escola. Conclui que esse movimento traduz um processo que se encontra enraizado e subordinado às determinações do trabalho, justificando, simultaneamente, o retorno à escola para a obtenção do credenciamento, o fracasso e o abandono. Rodrigues (1994), ao pesquisar alunos trabalhadores situados, na maioria, na faixa etária dos 16 aos 20 anos e professores de uma escola de nível médio de Porto Alegre (RS), conclui que as taxas de evasão escolar resultam de uma contradição básica do sistema de ensino brasileiro, que ampliou o acesso das camadas populares sem, contudo, garantir à atual instituição escolar as condições necessárias para atender minimamente os interesses e as especificidades dos trabalhadores estudantes. Lopes (1985) investiga estudantes evadidos de escola de nível médio de Vitória (ES), com idades entre 16 e 35 anos, e conclui que a evasão não representa um ato espontâneo dos alunos e que a maioria se auto-responsabiliza por seu fracasso escolar e por ter abandonado a escola.

Alunos de São Carlos (SP), de 5^a a 8^a série do ensino fundamental, a grande maioria com 14 anos, ao serem investigados por Caffer (1990), evidenciam evasão e baixo aproveitamento pela falta de conhecimento que professores e corpo administrativo têm sobre as peculiaridades dos estudantes trabalhadores. Costa (1995) investiga a evasão de um grupo de alunos de 8^a série do ensino fundamental de Rio Claro (SP) e verifica que os casos de evasão analisados têm em comum a percepção dos alunos sobre o fato de ser a escola condição necessária mas não suficiente para a ascensão social – a diferença está na maneira como eles absorvem essa realidade: alguns manifestam desencanto, outros, cansaço, e outros, ainda, relegam a escola a segundo plano. Contribuem para a evasão as repetências sucessivas durante a vida escolar, a dificuldade de conciliação do estudo com o trabalho e a falta de ações na escola para impedi-la e promover o resgate dos seus dissidentes.

Finalmente, há duas dissertações – produzidas por Pagotti (1992) e Ribeiro (1992) – que focalizam as relações entre o processo ensino-aprendizagem e o fracasso escolar de alunos-trabalhadores.

Ribeiro (1992) estuda alunos repetentes de 5^a a 8^a série do ensino fundamental, com predominância da faixa etária de 13 a 20 anos, de duas escolas de Ituiutaba (MG). Conclui que a estrutura essencial do processo ensino-aprendizagem na escola noturna se caracteriza pela desconexão com o mundo “próprio” do estudante noturno. Quanto ao modo de ser-no-mundo do aluno e do professor, evidencia-se que ambos se encontram imersos na ocupação diária que os distrai, perturba e distancia, não existindo a preocupação com o processo ensino-aprendizagem. Pagotti (1992), em sua tese, busca compreender o fracasso escolar de alunos de 5^a série do ensino fundamental de uma escola de Uberlândia (MG). Verifica que eles apresentam dificuldades na construção e utilização do pensamento verbal-lógico, mostrando também a existência de dificuldades para interações escolares produtivas.

É interessante notar que a problemática fracasso escolar, evasão e repetência foi tema da década de 90 e que apenas uma pesquisa, entre as 10 analisadas, é da década de 80. Além disso, diferentemente das outras duas problemáticas, há uma incursão dos pesquisadores em referenciais marcados pela especificidade de seus temas. Assim, a referência mais importante é o trabalho de Maria Helena Patto (1990) – que consagrou vários estudos ao tema do fracasso escolar –, citada em quase todos os trabalhos analisados. Há também uma busca de referenciais para abordar questões mais

específicas relativas ao fracasso. Assim, são estudadas temáticas relativas à aprendizagem, ao conhecimento escolar, às questões da linguagem e da psicologia (Caporalini, 1991; Poppovic, 1979; Carraher, 1989; Orlandi, 1987; Vygotsky, 1988).

Chama a atenção também, neste conjunto de 10 trabalhos, que, a partir de meados da década de 90, há uma espécie de descoberta da idéia do cotidiano escolar, sendo Penin (1989 e 1992) a pesquisadora mais citada; no entanto, parece que os autores clássicos que trabalharam com o tema, como Lefebvre e Heller, são absorvidos apenas de modo indireto. Essa aproximação para a vida escolar e suas práticas incorporou autores que examinaram de modo específico a questão do jovem, como Willis (1991) e Braslavsky (1985).¹¹

Jovens, Trabalho e Profissionalização

Este subtema reúne 11 dissertações e duas teses que discutem os cursos técnicos e as habilitações profissionais a partir dos alunos. Desse total, há oito pesquisas que analisam as relações entre o mercado de trabalho, o ensino profissionalizante e os jovens, utilizando como espaços investigativos tanto a escola quanto o trabalho ou a situação profissional de jovens egressos (Macieira, 1981; Munia, 1982; Rolkowski, 1983; Lima, 1984; Álvaro Machado, 1991; Silva, 1994; D'Ávila, 1996; Arantes, 1998).

Na produção dos anos 80 (quatro dissertações), é preciso considerar o impacto causado pelas mudanças na legislação: o estabelecimento da obrigatoriedade do ensino técnico em nível de 2º grau, a partir da Lei nº 5.692/71 e, posteriormente, a instituição da profissionalização opcional, a partir da Lei nº 7.044/82. As pesquisas refletem essa conjuntura procurando investigar até que ponto as mudanças alteraram, primordialmente, a realidade dos jovens trabalhadores em relação à escola e ao mercado de trabalho. Pelos relatos e informações obtidos através de alunos, ex-alunos, professores e empresas, as quatro dissertações concluem que a experiência de ensino profissionalizante redundou em fracasso.

A primeira dessas dissertações (Macieira, 1981) é a única que enfatiza a necessidade de as escolas técnicas atenderem aos interesses do mercado de trabalho, apoiando-se na Teoria do Capital Humano a partir de Alfred Schultz (1973). Realizando uma pesquisa quantitativa, o autor constata divergências entre o perfil de estagiários da área de Processamento de Dados esperado por empresas e a formação recebida por eles nas escolas técnicas do Rio de Janeiro. Assim, aponta que essas escolas devem reestruturar seus currículos, adequando-se às necessidades do mercado de trabalho, mas, também, faz críticas às empresas, ao evidenciar que essas não adotam estratégias formativas para os jovens estagiários, desconsiderando-os quanto à condição de futuros profissionais.

Ao contrário da pesquisa de Macieira, as pesquisas de Munia (1982), Rolkowski (1983) e Lima (1984) partem da crítica à Teoria do Capital Humano, enfatizando que os cursos profissionalizantes estão menos a serviço do aluno trabalhador que do capital. Mesmo quando as empresas afirmam que os alunos oriundos dos cursos técnicos são inadequadamente formados, elas estão se beneficiando deles, pois os utilizam como mão-de-obra barata. Nesse cenário, os jovens estudantes ou egressos são, para os autores, os principais atores iludidos e oprimidos pelo sistema escolar, mas, ao mesmo tempo, agentes da transformação. A dissertação de Munia (1982) pesquisa as conseqüências da Lei nº 5.692/71 para a vida estudantil e profissional dos egressos de uma escola profissionalizante em São José do Rio Preto (SP). A pesquisa de Lima (1984) reitera as conclusões de fracasso do ensino profissionalizante implantado em escola de São Luís do Maranhão; alunos declaram que a escola é ineficiente para que encontrem uma boa ocupação no mercado de trabalho ou obtenham um ensino que lhes possibilite a aprovação no vestibular.

Ainda que não investigue os egressos, a pesquisa de Rolkowski (1983) também conclui, pelas entrevistas realizadas com estudantes de um colégio estadual de Curitiba (PR) e empresas locais,

¹¹ Todas as pesquisas são de abordagem qualitativa. Os pesquisadores fizeram opções distintas, em termos teóricos: alguns se basearam em André (1978 e 1995) e André e Lüdke (1982), para trabalhar a metodologia etnográfica; outros se apoiaram em Ezpeleta e Rockwell (1989), para trabalhar a idéia de cotidiano; outros, ainda, trabalharam a pesquisa-ação, na ótica de Thiollent (1984 e 1987).

que o curso profissionalizante é ineficiente – nem prepara para o vestibular, nem profissionaliza adequadamente. Os estudantes reivindicam uma formação mais técnica, cursos compatíveis com a realidade do mercado de trabalho, melhor preparo dos professores e maiores chances de ingresso no ensino superior – o que atesta, para o autor, a inexistência da terminalidade no 2º grau.

Em termos metodológicos, as pesquisas dos anos 80 são marcadas por estudos de caráter quantitativo, mas as análises estatísticas dos dados são predominantemente de caráter descritivo. Já no final dos anos 80 e início dos anos 90, excetuando Arantes (1998), a maior parte da produção é de caráter qualitativo e, em algumas delas, são realizadas análises mais minuciosas da realidade diária da escola e da fábrica (Abrahão, 1989; Álvaro Machado, 1991; Silva, 1994; Sá, 1994). No plano teórico, as dissertações desse período estão centradas na revisão dos estudos sobre o histórico do ensino profissionalizante no Brasil, enfatizando fundamentalmente seu aspecto dualista: ensino profissionalizante para as camadas populares e ensino propedêutico para as elites.¹²

Portela (1989) investiga expectativas de estudantes trabalhadores, de escola de nível médio de Curitiba e com idade de 15 a 18 anos, que cursam as modalidades profissionalizante e acadêmica, tendo sido confirmadas as suas diferentes visões: aqueles desejam mais a realização profissional, e estes, a preparação para o vestibular.

As pesquisas dos anos 80 concluem que as mudanças nos cursos profissionalizantes implantadas pela Lei nº 5.692/71 não foram adequadas nem aos alunos nem às empresas, mas as suas principais “vítimas” foram os estudantes – os cursos foram estruturados sem espaço físico, com carência do material adequado e sem professores qualificados. Ao término dos seus cursos, os alunos não conseguiam se inserir em sua área técnica, e a formação obtida não atendia às necessidades do mercado de trabalho.

Os quatro estudos realizados na década de 90 também avaliam o mercado de trabalho em sua relação com os jovens e os cursos profissionalizantes, mas algumas novas questões emergem. No mundo do trabalho, presencia-se o acirramento da desestruturação do mercado a partir da instauração de uma política de abertura comercial, tornando necessária a aceleração do processo de reestruturação produtiva. Ainda que em ritmos bastante desiguais, a flexibilização, as novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho começam a ser pensadas e estruturadas em diferentes empresas. Os índices de desemprego se elevam, atingindo mais gravemente os grupos sociais mais frágeis, como jovens, idosos e mulheres (Pochmann, 1999). No campo educacional, amplia-se a discussão de uma nova Lei de Diretrizes e Bases de Educação – que só seria promulgada em 1996 –, o número de escolas e alunos aumenta, altera-se a legislação referente ao antigo ensino de 2º grau.

Esse processo direciona a produção discente a realizar análises minuciosas dos cursos técnicos, enfatizando seus defeitos e qualidades. Muitos tentam construir alternativas, considerando as informações e opiniões dos alunos como ponto de partida. A proposta de uma escola que passe a considerar o trabalho como princípio educativo – a escola politécnica – torna-se, assim, o marco desses estudos.

As mudanças no espaço de trabalho começam a ser incorporadas nas discussões sobre o currículo dos cursos, enfatizando-se ora a negatividade, ora a positividade das transformações.

A dissertação de Álvaro Machado (1991) insere-se no conjunto de reflexões sobre as questões acima citadas, buscando avaliar a situação de jovens egressos do curso técnico em Química na Bahia. Em meio à discussão da nova LDB, ouvir os alunos e propor um curso que possa transformar sua realidade são os objetivos centrais do autor. Entrevistando técnicos e estagiários mediante questionários e, posteriormente, entrevistas semi-estruturadas, faz uma pesquisa de campo detalhada, considerando as diferenças de idade e sexo e localizando cada um dos grupos no interior das empresas e escolas. Concordando com a tese de desqualificação permanente do trabalhador a partir de Braverman

¹² Cunha (1976, 1977, 1978 e 1979) é o principal autor citado para esta reflexão. Para a crítica à legislação – em especial à Lei nº 5.692/71 –, à distância entre concepção e execução, e, também, para o apontamento da possibilidade de libertação através da escola, predomina o uso dos textos de Cunha (1977), Warde (1977), Saviani (1985) e Freitag (1980). A pesquisa de Rolkowski (1983) é a única que se diferencia nesse grupo, por utilizar-se de estudos clássicos sobre a classe operária no Brasil (Cardoso, 1962; Simonsen, 1939) para sua análise.

(1988), seu estudo aponta os efeitos mais trágicos deste fator para jovens e mulheres. Evidencia o considerável número de mulheres que escolhem o curso de Química por julgarem ser mais fácil a inserção no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo e contraditoriamente, o pequeno número das que conseguem emprego nas fábricas, em virtude do preconceito quanto ao trabalho feminino. Os jovens técnicos que estão na fábrica – principalmente os do sexo feminino – enfrentam discriminações, tarefas repetitivas e rotineiras. Ainda que possam ser notadas algumas mudanças no espaço fabril – automatização, novas formas de organização do trabalho e exigência de profissionais com boa formação geral –, elas pouco contribuem para a maior qualificação e formação dos jovens, que acabam tendo acesso a um trabalho fragmentado e sem sentido. Em relação à escola, o relato dos alunos e a análise da estrutura curricular apontam para o fato de que os cursos profissionalizantes oferecem mais conhecimentos de nível geral, mas pouco articulados com os conhecimentos técnicos e com a realidade vivida pelos jovens nas fábricas.

Alunos, egressos e professores da Escola Técnica Federal da Bahia também foram investigados por Silva (1994),¹³ com vista a, fundamentalmente, apreender as representações sobre escola e trabalho para contribuir com a reestruturação curricular. Suas entrevistas com alunos iniciantes, concluintes e formados do curso técnico de Instrumentação Industrial evidenciaram diferentes percepções sobre a escola e o trabalho. Partindo da conceituação marxista de trabalho e da crítica que Marx faz ao trabalho no sistema capitalista, a autora vai buscar entre os jovens a percepção do caráter alienante do trabalho. Também, procura constatar a possível resistência deles à dominação no trabalho e na escola, já que, utilizando-se dos estudos de Giroux e Apple, enfatiza que toda dominação também significa resistência, sendo a escola um espaço importante de luta política e produção de conflitos. Em seu estudo, constata que o conceito de trabalho entre os jovens é muito abstrato. Em nenhuma fala e atitude emergem componentes críticos, discussão política ou mesmo a possibilidade de transformação do real pelo trabalho e escola, distanciando-se das formulações teóricas. Chega, assim, a conclusões semelhantes às de Álvaro Machado (1991), enfatizando a necessidade de um novo currículo que incorpore, principalmente, a formação política dos jovens.

Os outros dois estudos dos anos 90 pertencentes a este grupo fazem a discussão sobre as escolas técnicas, ressaltando os aspectos positivos de seus cursos na formação dos alunos – conseguiram preservar-se da desestruturação dos demais cursos de 2º grau, apresentam os melhores escores em desempenho escolar, seus alunos conseguem se inserir melhor no mercado de trabalho. Sendo assim, as pesquisas preocupam-se com a produção de conhecimento que subsidie propostas de manutenção da qualidade de ensino nessas escolas (D'Ávila, 1996; Arantes, 1998).¹⁴

No restante da produção no interior deste subtema – cinco dissertações realizadas entre o final dos anos 80 e meados dos anos 90 –, o espaço da atividade e a inserção ocupacional dos jovens deixam de ser investigados de maneira mais direta para cederem lugar aos significados atribuídos ao trabalho e à escola por jovens que realizam habilitações profissionais diversas, bem como suas expectativas e aspirações. É bastante forte, nesses estudos, a preocupação em ouvir, colher opiniões dos sujeitos tendo em vista uma possível reordenação dos cursos profissionalizantes, sobretudo no nível médio da escolaridade (Piconez, 1989; Simpício, 1988; Abrahão, 1989; Russi, 1993; Sá, 1994). Mesmo sem investigar o espaço de trabalho, as pesquisas recorrem aos pressupostos filosófico-pedagógicos e à defesa da escola politécnica.

A tese de Abrahão (1989) ouve alunos e professores de uma escola diurna e de outra noturna em Porto Alegre (RS), revelando os significados por eles atribuídos ao trabalho e à escola.

¹³ Esta pesquisa também poderia ser inserida no subtema Significados do Trabalho e da Escola para os Jovens, entretanto, como está investigando um curso técnico, optou-se por mantê-la nesse subtema.

¹⁴ Realizando uma pesquisa quantitativa sobre a trajetória de ex-alunos do Colégio Técnico da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a dissertação de Arantes (1998) também constata que o currículo dos colégios técnicos vem ao encontro de algumas transformações nos espaços de trabalho, como a valorização de uma formação mais geral. Evidencia que os ex-alunos conseguiram boas colocações no mercado de trabalho, atestando a qualidade dos cursos técnicos oferecidos pela Unicamp, sem, entretanto, aprofundar a análise do mercado de trabalho e do próprio espaço de trabalho dos egressos. Como sua pesquisa já incorpora a aprovação da Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e o Decreto nº 2.208/97, que desvincula ensino médio e ensino técnico, o autor aponta a preocupação com o comprometimento da qualidade dos cursos a partir dessa mudança, isto porque, em sua interpretação, a formação geral, atualmente requisitada pelo mercado, é distanciada do ensino técnico na nova legislação.

Trata-se de um estudo de perspectiva marxista, que realiza investigação junto aos jovens que falam de seus trabalhos, rotineiros e desgastantes, e da sua pouca participação nos sindicatos. A autora apresenta a vida concreta dos alunos trabalhadores, desconstruindo os estereótipos que os cercam na escola e que acabam excluindo-os de seu interior – os alunos dos cursos noturnos são trabalhadores e não “drogados, bandidos, fracos”.

A dissertação de Simplício (1988), que investigou alunos de ensino técnico, professores e diretores de escolas em Poços de Caldas (MG), pretende, a partir dos depoimentos, avaliar e propor mudanças para os cursos profissionalizantes estruturados a partir da Lei nº 7.044/82. Pela fala dos alunos, obtida por meio de questionários, o autor conclui que os cursos tanto noturnos quanto diurnos ainda têm bom nível e são procurados; no entanto, sua estrutura e currículo favorecem muito mais os alunos não-trabalhadores das classes médias e pouco atentam para a realidade dos estudantes trabalhadores, que, em seus depoimentos, evidenciam a discriminação no interior da própria escola, a inadequação do currículo à sua realidade, etc. O distanciamento dos cursos profissionalizantes do universo dos jovens trabalhadores também é apontado na pesquisa de Russi (1993), realizada com alunos, professores e direção em escolas de 2º grau em Mato Grosso do Sul.

A dissertação de Sá (1994),¹⁵ realizada na Bahia, enquadra-se nesse conjunto de pesquisas que buscam repensar os currículos durante o processo de discussão da nova LDB. Trata-se de um estudo que pretende reconstruir as práticas cotidianas e os significados atribuídos à escola e ao trabalho de jovens que estão finalizando o curso de habilitação básica em Saúde. Ao adentrar o cotidiano dos alunos por meio de questionários, dramatizações, colagens e relatos orais, a autora revela que o trabalho aparece para eles como fadiga e independência, ao mesmo tempo. Os alunos enfatizam a função socializadora da escola – base para a construção de um bom comportamento social –, mas desejam imprimir conteúdos mais práticos ao currículo, aulas mais dinâmicas e interessantes. Da forma como está estruturada, a escola esvazia-se de sentido, sendo considerada pelos alunos que ainda não estão empregados na área um mal necessário – precisam do certificado para a obtenção de melhor emprego.

A dissertação de Piconez (1989) é a única que atenta para as perspectivas educacionais e ocupacionais dos alunos de habilitação para o Magistério, na tentativa de repensá-lo. Constata a existência de uma população jovem (de 15 a 20 anos), solteira e do sexo feminino no curso e a representação deste como possibilidade de ascensão social. O distanciamento em relação à prática de trabalho, o desejo em prosseguir os estudos e a ineficácia dos estágios foram apontados pelos alunos como os principais problemas do curso, não se diferindo da avaliação realizada por estudantes de outras habilitações profissionais.

Teoricamente, as pesquisas dos anos 90 assemelham-se quanto à menor ênfase nos estudos da legislação educacional e no histórico do ensino profissionalizante. Abrem-se para uma diversidade maior de análises sobre as relações entre trabalho e educação, lançando mão de uma perspectiva teórica marxista baseada em Gramsci (1968), embora via intérpretes brasileiros, e Braverman (1981). Realizam, também, uma revisão dos estudos nacionais que examinam a relação trabalho/educação a partir do final dos anos 70, lançando mão de autores como Rossi (1978), Salm (1980), Frigotto (1984), Kuenzer (1986, 1988 e 1987) e Machado (1989). Sobre a profissionalização e o ensino médio/técnico, os estudos de Cunha e Franco são os mais citados como referências teóricas.

Como afirma Yamamoto (1996), trata-se de uma incorporação do referencial marxista para fins propositivos, pois a adoção da perspectiva de Gramsci decorre da busca de princípios filosófico-políticos que consagrem uma função transformadora do real pela ação escolar.¹⁶ Alguns estudos dos anos 90 ampliam o quadro teórico recorrendo a outros autores, ainda que no interior da matriz marxista, como Agnes Heller e Henri Lefebvre, mesmo que esta absorção seja realizada de modo indireto, pelo recurso aos autores nacionais que examinaram suas orientações.

¹⁵ Trata-se de uma pesquisa que também poderia ser inserida no subtema Significados do Trabalho e da Escola para os Jovens, no entanto, optou-se por mantê-lo nesse subtema pelo fato de investigar alunos de um curso profissionalizante.

¹⁶ Nesse caso, a noção gramsciana de hegemonia ancorou a idéia de um amplo conjunto de orientações que a escola facilitaria para a formação da classe operária e a sua direção no bloco histórico a ser constituído pelas forças progressistas.

Ocorre também uma produção voltada sobretudo para os estudos qualitativos, amplamente inspirada nas formulações de Ezpeleta e Rockwell (1989) e Marli André (1987). Ainda que o material empírico e o referencial teórico permaneçam sendo apresentados em momentos diferentes, percebe-se um diálogo maior entre ambos.

A contribuição mais forte do conjunto de dissertações é o acúmulo de conhecimentos sobre o fracasso da profissionalização implantada compulsoriamente após 1971, mesmo com as novas orientações estabelecidas pela legislação posterior. Os estudos defendem um conjunto de mudanças necessárias para que essas escolas consigam melhor preparar seus jovens para o mercado de trabalho e principalmente democratizarem-se, atentando para os interesses dos jovens trabalhadores.

Escolha Profissional

A partir da aprovação da Lei nº 5.692/71, a orientação vocacional e profissionalizante passou a ser incentivada como tarefa a ser desenvolvida pela escola, família e comunidade. Este fator, aliado ao predomínio das teorias de cunho psicológico, parece explicar o considerável número de pesquisas sobre a temática da escolha profissional nos anos 80 e sua posterior diminuição nos anos 90. Amaral (1980), Risson (1984), Peixoto (1984), Medeiros (1988), Soares (1985) e Nigro (1991) refletem, de um modo geral, sobre os desencontros entre as escolhas profissionais juvenis, os cursos profissionalizantes e a orientação vocacional. Os dois estudos realizados a partir da segunda metade dos anos 90 – Sales (1995) e Becker (1995) – deixam de tomar os cursos profissionalizantes como referência, investigando a questão da escolha juvenil a partir da constatação das atuais mudanças no mundo do trabalho.

Utilizando metodologia quantitativa, as dissertações de Amaral (1980) e Risson (1984) irão refletir sobre a relação entre personalidade/maturidade dos alunos e suas escolhas profissionais, fazendo críticas aos cursos profissionalizantes. Ambas partem de Super,¹⁷ referência teórica no interior da Psicologia sobre os estudos da vocação. Investigando as aspirações de 333 alunos de um colégio estadual do Rio de Janeiro, Amaral (1980) conclui que eles percebem o quanto as aptidões e interesses são essenciais para a escolha de um curso profissionalizante, mas não o fazem no momento da decisão, já que a oferta dessa modalidade é escassa; com poucas opções, os sujeitos escolhem o que encontram no mercado. A dissertação de Risson (1984), que investiga 213 jovens (de 15 a 17 anos) em oito escolas de 2º grau do Rio Grande do Sul, também constata a distância entre a escolha profissional realizada e os interesses pessoais dos alunos.

A dissertação de Peixoto (1984) elegeu como material empírico a redação de alunos das últimas séries do ensino fundamental na periferia de Curitiba (PR). Constata, também, o descompasso existente entre as habilitações oferecidas, as aspirações dos alunos e a oferta de empregos no mercado de trabalho. Pelas entrevistas, a autora conclui que o adolescente é inseguro, imaturo, sujeito a pressões da moda, da TV e dos mitos no momento da escolha profissional, tendo poucas condições de efetuar-la; assim, essa escolha só será efetivamente realizada no ensino superior. Sua pesquisa é marcada pela adesão a um conjunto de idéias pedagógicas respaldadas em Gadotti (1983) e Libâneo (1982) e pelas críticas às teorias da Psicologia que vêem a escolha profissional somente como resultado de fatores individuais e familiares.

Soares (1985) realiza entrevistas abertas com grupos de jovens no Centro de Orientação e Seleção Psicotécnica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A partir das falas juvenis, conclui que a orientação profissional tem pouco na decisão por uma profissão. A dissertação de Nigro (1991) também enfatiza que o processo de escolha não é neutro. Para os 24 alunos que entrevistou, a escola e o trabalho oferecem chances de mobilidade social, principalmente entre os meninos; entre as meninas, o desejo de mobilidade social é menor, em função do trabalho doméstico.

Aspirações educacionais e ocupacionais são as problemáticas da tese de Medeiros (1988). Para tanto, realiza um estudo de caso, entrevistando 35 alunos da 8ª série (de 14 a 23 anos), mães e

¹⁷ Em *The criteria of vocational choice* (1951) e *Psicologia de la vida profesional* (1962).

professores em três escolas de João Pessoa. Aponta a presença do desejo de ascensão social dos jovens e de suas famílias através da profissionalização, considerando-a uma representação do real. A autora apresenta as diferenças de gênero em relação às aspirações, o desejo de todos em continuar estudos e as poucas informações sobre o mundo do trabalho. A pesquisa evidencia que mesmo os alunos mais pobres desejam cursar o ensino superior, entretanto já aponta que esses mesmos alunos fazem a crítica à sua situação e reconhecem que não são totalmente livres para escolher sua profissão e chegar à Universidade. Percebendo suas limitações, os alunos adquirem posturas mais realistas; assim, de acordo com a autora, o caráter de terminalidade do 2º grau parece funcionar entre os jovens mais pobres, ainda que em seu imaginário desejem prosseguir os estudos.

Nos anos 90, as dissertações de Sales (1995) e de Becker (1995) buscam pensar a escolha profissional em um momento de crise e mudança no mundo do trabalho.¹⁸ Os estudos evidenciam que as classes populares adotam atitudes realistas diante das escolhas profissionais, perdendo, muitas vezes, o desejo de realizar os cursos de seus “sonhos” e a crença na escola como forma de ascensão social. Na pesquisa de Sales (1995), muitos jovens acabam evadindo da escola por não visualizarem oportunidades de mobilidade social. A pesquisa de Becker (1995) aborda a questão da escolha profissional do ponto de vista de mulheres jovens (de 17 a 19 anos), adultas e pobres na cidade de Porto Alegre (RS), considerando a temática de gênero. As adolescentes entrevistadas cursavam a 3ª série do 2º grau, tendo famílias que acreditavam na ascensão social através dos estudos. A autora fala brevemente do trabalho das meninas, explorando seus significados: liberdade e independência. No discurso, elas apontam as profissões dos sonhos – que tiveram de ser abandonadas em função da realidade econômico-social e das necessidades financeiras mais imediatas. Conclui que as escolhas femininas se relacionam aos papéis de gênero e da posição na família, mas as mulheres preferem, de fato, o trabalho fora de casa; buscam maior independência, mas ao homem ainda é reservada a visão de principal provedor. Para as adolescentes, a atual situação do mercado de trabalho, o desejo de consumo e a pressão familiar fazem com que as profissões escolhidas levem em consideração muito mais os aspectos financeiros imediatos que os sonhos e projetos.

Em suas conclusões, as pesquisas agrupadas nesse subtema evidenciam a ausência de uma orientação profissional adequada nas escolas. A produção dos anos 80 também aponta o desencontro entre a escolha do jovem e o curso profissionalizante realizado; além disso, sugere formas de orientação profissional e cursos que melhor atenderiam às expectativas dos jovens, fazendo-os perceber as contradições do sistema capitalista. A tese de Medeiros (1988), e as dissertações de Sales (1995) e Becker (1995) se diferenciam das demais por apontarem mudanças de comportamento dos jovens em relação às escolhas profissionais: o aumento das dificuldades no mercado de trabalho faz com que abandonem mais rapidamente a expectativa de mobilidade social através da educação e de realização pessoal na profissão sonhada.

Assim, um dos aspectos mais instigantes nas pesquisas desse subtema é o acompanhamento das expectativas juvenis. Os primeiros estudos evidenciam mais fortemente o desejo de realização de um curso superior entre os jovens com vista à mobilidade social, enquanto as últimas apontam mudanças no conteúdo das aspirações, pois as preocupações e expectativas juvenis estão mais relacionadas ao tempo presente e não se atrelam à espera da entrada na universidade, ainda que o ensino superior continue sendo um importante objetivo a ser alcançado.

Significados do Trabalho e da Escola para os Jovens

Os dez estudos deste bloco refletem os significados que o trabalho e a escola adquirem na visão dos jovens. Em seu interior há uma dissertação (Ana Rodrigues, 1987) que investiga esses significados entre jovens evadidos da escola, cinco dissertações (Castro, 1984; Neves, 1985; Barreto,

¹⁸ Ambas poderiam inserir-se na subtemática Mundo do Trabalho e os Jovens, entretanto, como o foco é a dimensão da escolha profissional, inserem-se neste subtema.

1993; Almeida, 1993; Dorigon, 1997) e uma tese (Feldmann, 1995) que partem dos sentidos atribuídos ao trabalho e à escola por estudantes trabalhadores e uma tese (Urt, 1992) e duas dissertações (Silva, 1995; Coelho, 1992). que analisam as concepções juvenis de trabalho e escola sob a ótica das diferenças de classe e sexo, fundamentalmente.

Castro (1984) e Neves (1985) analisam as representações de estudantes e de estudantes trabalhadores em escolas públicas de 2º grau, mediante estudo de caso e análises de redações, respectivamente, partindo de pressupostos semelhantes: as representações elaboradas pelos alunos estão ligadas à sua condição econômica, cultural e política, escapando das orientações oferecidas pela psicologia clássica que enfatizam a influência da personalidade nas representações. Ambas demonstram que a maioria dos alunos exerce trabalhos rotineiros e repetitivos que adquirem um sentido dotado de ambigüidades: fonte de autonomia pessoal e de opressão. As autoras evidenciam que a escola indica, para os jovens trabalhadores estudantes, a possibilidade de ascensão social.

Ana Rodrigues (1987) trabalha com as representações de alunos evadidos oriundos dos três turnos de uma escola de Belo Horizonte e seus pais, para compreender o processo de evasão escolar. Constata, a partir dos depoimentos, a relação da evasão com o cotidiano escolar e com a necessidade de trabalho entre os ex-alunos. A pesquisa permite à autora apontar que a escola nega a condição trabalhadora de boa parte de seus alunos e não percebe que o trabalho pode ser fator para os alunos permanecerem nela, desconsiderando seu princípio educativo. Para compreensão do funcionamento do sistema escolar e das dificuldades que ele cria para os alunos, a autora trabalha com o conceito de disciplina de Foucault (1977). Os alunos afirmam que o trabalho impõe limites aos estudos, mas que os mecanismos internos da escola dificultam ainda mais sua permanência nela. Assim sendo, a origem social dos alunos e o fato de trabalharem não são as causas centrais da evasão e fracasso dos alunos. Para Rodrigues, os jovens percebem nitidamente que a escola não foi feita para o trabalhador, evadindo-se, o que pode significar uma estratégia de resistência à organização escolar.

As mudanças no mercado de trabalho e as discussões da nova Lei de Diretrizes e Bases também estão presentes nas pesquisas realizadas sobre esse subtema nos anos 90. Os autores investigam os significados atribuídos pelos jovens ao trabalho e à escola e procuram evidenciar se as transformações no campo político-econômico e educacional alteram os sentidos dados a essas instituições.

A pesquisa de Barreto (1993), realizada em uma escola pública de Salvador (BA), reflete sobre as representações de trabalho, currículo e construção do conhecimento entre alunos de 5ª a 8ª série (de 12 a 18 anos) do período diurno. Por meio de pesquisa de campo, a autora constata que os alunos, para além de sua condição de trabalhador, são também jovens, e assim devem ser considerados pelas escolas durante a seleção e organização de conteúdos e práticas. Esses alunos, jovens e trabalhadores, consideram central o trabalho em suas vidas, ainda que estejam, com as mudanças no mundo do trabalho, realizando ocupações, cada vez mais, em condições precárias e sem qualificação. Assim, pela pesquisa de campo, Barreto constata a necessidade de incorporação de questões gerais relativas ao trabalho no currículo de 1º grau, para que a escola esteja mais próxima da realidade concreta dos alunos.

Desvendar as diferenças de representações entre adultos e jovens do ensino supletivo da rede municipal de São Paulo é um dos objetivos do estudo de Almeida (1993). Sua questão central é a permanência ou não da crença na escola como meio de ascensão social entre os mais jovens. Evidencia que a maior parte dos jovens está ocupada no comércio, nos serviços ou outras atividades de baixo prestígio social e que as transformações no mundo do trabalho os têm atingido de maneira desfavorável. Constata que as suas expectativas em relação à escola são menos claras que as dos adultos e que as atuais mudanças no mercado de trabalho parecem estar dificultando a mobilidade social proporcionada pela posse do conhecimento escolar. Entretanto, esses jovens permanecem acreditando na ascensão social através da escola.

Em Feldmann (1995), a ênfase na necessidade de se considerar a realidade de trabalho entre os alunos permanece. Ele parte das suas representações para refletir sobre o ensino de segundo grau entrevistando 11 alunos de 3º ano, de diferentes períodos e sexos (o que pensam e sentem e quais

os seus valores e as expectativas em relação à escola e ao trabalho). Ainda que apontem a baixa qualidade de ensino e o caráter repetitivo do trabalho, os jovens também consideram esses espaços importantes *locus* de sociabilidade.

Mudanças na escola e no mundo do trabalho também são evidentes na pesquisa de Dorigon (1997). O autor estuda as representações dos alunos e, mais especificamente, a prática docente, revelando a presença, no interior do espaço escolar, de um interesse cada vez maior no atendimento às demandas do mercado de trabalho, tanto em escolas brasileiras quanto em escolas argentinas. Os alunos vêem a escola de maneira positiva, mas ainda estão muito preocupados com o “passaporte” para melhores colocações no mercado de trabalho, sentem-se responsáveis pelo fracasso escolar e pouco participam da vida coletiva.

Neste subtema, há três pesquisas realizadas na década de 90 que trabalham de maneira mais específica com a categoria juventude, ao estabelecer uma perspectiva mais ampla sobre a condição do aluno. Coelho (1992), Urt (1992) e Silva (1995) apontam que a atribuição de significados ao universo do trabalho e da escola se relaciona ao universo sociocultural e econômico do jovem e ao seu próprio momento de vida. Coelho (1992) parte de um espaço pouco utilizado nas investigações sobre os jovens – o bairro, mais especificamente a favela, de uma região industrializada –, realizando sua pesquisa ao longo de 18 meses. Evidencia o processo de construção de identidade dos jovens, considerando o sexo, a etnia, a inserção no mercado de trabalho e a escolaridade. Para a autora, a criação de normas e valores extrapola a ação socializadora do universo escolar, evidenciando ser necessário considerar o caráter educativo de outras instituições.

Em sua tese, Urt (1992) realiza uma pesquisa qualitativa em Mato Grosso do Sul, com um universo juvenil bastante heterogêneo: 80 jovens entre 13 e 18 anos, trabalhadores estudantes e não-estudantes, estudantes e excluídos do trabalho e da escola. Nesta pesquisa, as diferenças de gênero, idade, escolaridade, tipo de escola e inserção no mercado de trabalho são explicitadas. Além disso, a autora trabalha com temas pouco discutidos em outras pesquisas, mas que são fundamentais para adentrar o universo juvenil, quais sejam: afetividade, sexualidade, sociabilidade, lazer, religião, política, projetos – para além das concepções de trabalho e escola. Desenvolve uma análise do significado do trabalho a partir de uma perspectiva sociohistórica do desenvolvimento humano – baseando-se em Marx (1968), Arendt (1985) e Enguita (1989) –, e da discussão da heterogeneidade juvenil, escapando do conceito abstrato de adolescência, utilizando-se dos estudos de Ariès (1981), Erickson (1976), Leontiev (1978) e Snyders (1984, 1988). A pesquisa de Urt evidencia que, mesmo com a transformação do mundo do trabalho, exigindo sujeitos com formação diferenciada, boa parte dos jovens realiza um trabalho precário. Comparando os grupos juvenis, evidencia diferenças e semelhanças entre eles diante das várias mudanças no mundo atual. As questões comuns para os jovens dizem respeito à amizade, sexualidade, afetos, política e espiritualidade; já os significados atribuídos a escola e ao trabalho se diferenciam. Somente os jovens que estudam e trabalham pretendem realizar-se pelo trabalho. Entre os homens e excluídos, o trabalho é visto como dever/necessidade e não como fonte de realização pessoal; entre os demais, a ênfase recai nos aspectos instrumentais. O trabalho deixa de ser o valor central, passando a ser, cada vez mais, contemplado em seus aspectos instrumentais, conforme a autora. Há, entre os jovens, muito mais desencanto que esperança de mudança futura, seja no trabalho, seja na escola. Ainda assim, conseguem criar alternativas subjetivas para sobrevivência nesses dois espaços sociais, quais sejam, a amizade, a afetividade, a sociabilidade.

A dissertação de Silva (1995) parte da concepção de trabalho entre jovens de 13 a 17 anos, pertencentes a segmentos sociais diversos, que cursavam a 8ª série em uma escola pública e outra particular na cidade de Iрати (PR). Analisando as redações e entrevistas, evidencia, entre os adolescentes da classe trabalhadora, a visão do trabalho como forma de luta pela sobrevivência, sofrimento e, ao mesmo tempo, prazer de construção pessoal, enquanto que, para os adolescentes burgueses, o trabalho é visto como fonte de prazer e possibilidade de construção de uma carreira.

As pesquisas realizadas em torno deste subtema têm em comum a tentativa de estabelecer uma ligação entre a Psicologia Educacional – na discussão do tema do jovem –, a orientação marxista como universo de compreensão do mundo do trabalho e a análise qualitativa dos dados.

O maior grupo de estudos neste subtema data do final dos anos 80 e início dos anos 90. Nota-se neles maior preocupação com os mecanismos internos da escola em sua relação com o desempenho do aluno e com as demais instituições que os cercam. Teoricamente, essa produção é influenciada pela Nova Sociologia da Educação, trazendo avanços importantes para a área educacional. A referência ao espaço de trabalho torna-se mais central, já que as pesquisas passam a interrogar se as mudanças em seu interior alteraram o sentido dado ao trabalho e, simultaneamente, à escola, aproximando-se, em alguns casos, do subtema Mundo do Trabalho e os Jovens. Para chegar a esses sentidos, as pesquisas dos anos 90 se aproximam mais da categoria Juventude, considerando sua heterogeneidade e formas de sociabilidade.

As pesquisas dos anos 90 começam a apresentar mudanças nos significados atribuídos à escola e ao trabalho pelos jovens. A crença na ascensão social ou na realização pessoal por meio dessas instituições sofre abalos que são explicitados por alguns estudos.

Mundo do Trabalho e os Jovens

As nove dissertações reunidas em torno deste subtema diferenciam-se das demais por privilegiarem o mundo do trabalho para realização da investigação. Em outros estudos, a escola é o foco central para pensar o trabalho e, ainda que este espaço seja também investigado, ele é sempre secundário em relação à instituição escolar. Um primeiro critério para análise das pesquisas deste subtema foi o próprio universo de trabalho, pois os estudos foram diferenciados de acordo com o espaço investigado. Um segundo grupo de dissertações concentradas nos anos 90 foram destacadas por discutirem, de maneira mais específica, os jovens e as atuais mudanças no mundo do trabalho.

PROBLEMÁTICA 1 – A DIVERSIDADE DO TRABALHO JUVENIL

Ainda que o setor agrícola se constitua importante fonte de trabalho dos jovens brasileiros,¹⁹ foi encontrada apenas uma pesquisa a ele relacionada; igualmente, uma segunda pesquisa – e apenas ela – abrange jovens pescadores. Assim, os dois únicos estudos realizados com jovens não pertencentes ao espaço urbano partem de universos diferentes: um deles foi realizado numa comunidade de pescadores, em Araçá, Estado de Santa Catarina (Monteiro, 1986), e o outro, entre jovens dedicados ao cultivo da terra, em Ibirité, Estado de Minas Gerais (Gerken, 1991).

O trabalho como princípio educativo é o tema central da pesquisa de Monteiro (1986), pois procura evidenciar que a escola não é a única instituição responsável pela educação de crianças e jovens. Acompanhando o cotidiano de uma comunidade de pescadores, descreve e relaciona os diferentes tipos de trabalho exercidos por adultos, crianças e jovens (de 10 a 15 anos) e os conteúdos aprendidos na escola. A autora revela a divisão sexual do trabalho na pesca, a rotina dos pescadores e a sua relação com o mundo externo. Crianças e jovens falam do aprendizado sobre o mar e a pesca com os adultos, evidenciando-se um rico processo pedagógico em seu trabalho, enquanto a escola, de acordo com a autora, se revela inadequada à realidade desses sujeitos.

A preocupação em recuperar a realidade de trabalho e de vida dos jovens não urbanos também está presente em Gerken (1991). Investigando o universo de jovens hortigranjeiros proprietários e não-proprietários de dois bairros de Ibirité (MG), busca suas representações sobre a leitura e a escrita. A pesquisa de campo revela que, ao começarem a estudar, os jovens vêem a aquisição da escrita como possibilidade de mudar de vida, já que o mundo rural lhes oferece poucas oportunidades de ascensão. Porém, o pouco ou nenhum uso da escrita no trabalho faz com que esses jovens deixem de reconhecê-la como instrumento importante para a transformação de

¹⁹ Os dados da Pnad de 1995, citados por Árias (1998), apontam que o setor agrícola detinha 4,2 milhões dos 16,6 milhões de jovens brasileiros ocupados, um número bastante elevado.

sua condição. A pesquisa evidencia a forte oralidade presente no mundo rural, que, aliada ao tipo de trabalho na roça, afasta os jovens das atividades de ler e escrever, ainda que eles as considerem importante e as valorizem.²⁰

No setor secundário, é a indústria de construção civil o espaço de trabalho investigado nas pesquisas de Rebello (1981) e Fonseca (1996). São os migrantes, entre eles os jovens, os sujeitos dessas pesquisas, ausentes em todos os outros estudos do tema examinado.

A partir de dados da Pnad de 1973, realizada no Rio de Janeiro, o estudo de Rebello (1981)²¹ caracterizou os trabalhadores da construção civil em termos de escolaridade, rendimento, naturalidade, moradia, trajetória ocupacional, deslocamentos ocupacionais, trajetória ocupacional e estudantil de seus filhos – assim, procurou evidenciar a existência de mudanças de posição ocupacional em função do aumento do nível educacional. A autora constatou que os jovens filhos de trabalhadores da construção civil permanecem na mesma ocupação de seus pais ou em ocupações inferiores, mostrando que o aumento de escolaridade dos jovens não é condição necessária para a mobilidade ocupacional. Em seu caminho para a cidade, os migrantes ultrapassam a barreira rural/urbana, mas não conseguem fazer o mesmo em relação à barreira manual/não-manual. Pais e filhos permanecem em semelhantes ocupações e posições sociais, segundo a autora.

A temática de Fonseca (1996) é a evasão escolar entre jovens e adultos trabalhadores da indústria de construção civil. Investigando a trajetória desses, analisa as razões para o abandono de uma experiência educativa realizada na própria indústria.

A análise dos significados atribuídos à escola e ao trabalho por jovens trabalhadores em supermercados é central em Vieira (1997) e Siqueira (1998), constituindo os dois únicos estudos que consideram o setor terciário para a realização da pesquisa de campo.

Vieira (1997) caracteriza o espaço de trabalho de jovens empacotadores entre 14 e 16 anos, trabalhadores no mercado formal, com o 1º grau incompleto, refletindo sobre sua relação com o trabalho e a escola, ainda que também faça apontamentos sobre sua relação com a família e o lazer. A pesquisa explora cada um desses espaços, entrevistando também algumas mães e pais para compreender o lugar da fala dos jovens. Estes, segundo a autora, não são meros informantes para proposição de mudanças no trabalho e na escola; os significados por eles atribuídos são relacionados também a um momento específico da vida: a adolescência/juventude. Ela também constata que a escola introjeta nos adolescentes um sentimento de incapacidade intelectual – o que os acaba levando a acreditar que são capazes de realizar somente trabalho manual –, e a relação com ela se torna prioritariamente instrumental. No trabalho – presente desde cedo em suas vidas, em oposição ao que ocorre na escola –, os jovens encontram um espaço de auto-afirmação, sentem-se valorizados diante dos amigos e da família, conseguem adquirir objetos de consumo para ingresso na cultura de massas. Todos esses fatores reforçam sua preferência pelo trabalho, mas este não se constitui a principal razão para que o jovem abandone a escola. Os jovens são excluídos desta instituição em razão dos seus mecanismos internos, mas, para Vieira, eles também têm um papel importante em seu próprio processo de exclusão, de maneira semelhante ao que ocorre entre os jovens investigados por Willis (1991).

Partindo de entrevistas com jovens estudantes trabalhadores em supermercados de Buenos Aires (Argentina) e de Porto Alegre (RS), Siqueira (1998) ingressa na descoberta de suas condições de trabalho e escola para propor sugestões que contribuam para a melhoria de suas vidas. A escola é, para esses jovens – tanto brasileiros quanto argentinos –, espaço fundamental de sociabilidade, o lugar da zoeira com os amigos e, também, de construção dos sonhos para o futuro. No entanto, os

²⁰ A conclusão desse trabalho nos remete à noção de desescolarização, apresentada em um significativo artigo de José de Souza Martins (1974) sobre as representações do trabalho e da escola no meio rural. Segundo esse autor, o trabalho se constitui um valor para os diferentes grupos da sociedade agrária, abrangendo boa parte das etapas da vida. Assim, a aceitação da escola é amparada pela valorização do trabalho e não do conhecimento escolar: "A escolarização é pensada em termos de equivalência com o trabalho. A expressão de que o filho 'fazia a tarefa de dia e tirava a escola de noite' está estreitamente ligada ao trabalho. Tirar tarefa na zona rural da região significa cumprir a jornada de trabalho que um homem pode fazer num dia. Ali existe até mesmo a medida tarefa para designar o tanto de trabalho assim realizado. Todavia, a escolarização é pensada como ritual. Essa parece ser a razão de encontrar-se naquela área casos de pessoas que se desalfabetizaram" (Martins, 1974, p. 125).

²¹ Ainda que não tenhamos recuperado o exemplar dessa dissertação, vale destacar a importância da pesquisa em termos metodológicos. Poucas pesquisas da área utilizaram-se de recursos quantitativos para a compreensão das relações do jovem com o trabalho e a escola.

alunos pouco conseguem aprender em termos de conteúdo, por se tratar, de acordo com suas falas, de uma escola rotineira, cansativa, que desconsidera sua condição de trabalhador.

PROBLEMÁTICA 2 – AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E OS JOVENS

Perceber, de maneira específica, as relações entre as atuais mudanças no mundo do trabalho e os jovens constitui o tema das pesquisas deste bloco, realizadas por Kappel (1992), Ulup (1994) e Silva (1998).

Partindo de vários autores da Sociologia do Trabalho e da temática Trabalho e Educação, estes estudos exploram muito mais a apresentação de um quadro de mudanças que estão ocorrendo no mundo do trabalho que as expectativas, conflitos, alternativas construídas pelos jovens diante de tal cenário. A dissertação de Kappel (1992) aponta que as mudanças no mercado de trabalho devem alterar a forma de realização das pesquisas, buscando revelar as condições e o tipo de trabalho realizado entre os diferentes membros da família. Sua ênfase recai sobre a percepção desses fatores entre crianças e jovens de famílias pobres. Kappel parte de uma análise de dados secundários da Pnad e de entrevistas qualitativas, para apresentar sugestões de aperfeiçoamento das pesquisas domiciliares. Acaba constatando a necessidade de ampliação do conceito de trabalho, já que boa parte dos jovens parece estar se ocupando no mercado informal, no narcotráfico, além de, também, realizar trabalhos domésticos. Assim, para a autora, há necessidade de os pesquisadores entrevistarem crianças e adolescentes, e não somente os adultos, para a compreensão de sua realidade de trabalho, escola e lazer. É preciso destacar a importância de sua pesquisa, diante da ausência de pesquisas empíricas de grande porte.

Inserindo-se na temática sobre qualificação profissional, Ulup (1994) desenvolveu uma análise teórica sobre a relação entre trabalho e educação e coletou dados de uma experiência de aceleração de escolaridade (Projeto de Aceleração de Escolaridade para Qualificação – PAQP), um programa para jovens pobres no Rio de Janeiro. Aponta como sendo central, em seu trabalho, as representações desse grupo sobre a escola e o trabalho. Parte da análise da prova de seleção de 60 adolescentes e de outros jovens que estavam finalizando alguns cursos profissionalizantes. Segundo ela, os jovens que cursam o PAQP passam por um tipo de educação politécnica, aprendendo a aprender e com capacidade de transferir conhecimentos e analisar de maneira mais completa a realidade concreta. Sua conclusão apresenta uma avaliação positiva do programa, sendo os jovens seus principais informantes, embora não tenha se apropriado de todo o material empírico coletado.

O estudo de Silva (1998) é um dos poucos trabalhos que trazem considerações sobre o desemprego juvenil, ainda que realize sua pesquisa na fábrica. Parte da discussão sobre as mudanças mais recentes no mundo do trabalho, mas enfatiza a situação do jovem analisando suas falas. É a única pesquisa que reflete sobre a situação de alunos recém-formados no ensino superior integrados a um programa de *trainee* de uma grande empresa. Entrevista, além dos jovens, tutores e gerência de recursos humanos. Silva conclui que o programa busca formar profissionais em consonância com os valores da empresa e que os jovens acreditam que, através dele, terão atendidas suas expectativas de emprego e as de suas famílias. Um novo profissional é formado de acordo com os ditames das novas formas de organização e produção? A resposta até pode ser positiva para a autora, mas esta “nova” formação está mais relacionada com a possibilidade de lucratividade futura por parte da empresa do que com a formação do trabalhador voltado para a politécnica. A análise das entrevistas com os jovens leva a autora a perceber que estes estão longe de se formar integral e criticamente no interior da empresa.

Neste conjunto de dissertações, é predominante a vertente marxista a partir do uso dos textos de Gramsci, permanecendo a reflexão sobre a politécnica. Para estabelecer a relação entre trabalho e educação, uma parte das dissertações utiliza-se dos estudos já clássicos de Salm (1980), Frigotto (1984) e Saviani (1989), mas também aparece, mais claramente, a incursão em estudos sobre as atuais mudanças no trabalho – Harvey (1994) e Ianni (1994), entre outros – e sua relação com a educação (Ferretti, 1994; Frigotto, 1984 e 1991). A partir da segunda metade da década de 90, alguns estudos no

interior deste subtema começam a preocupar-se em apresentar dados e estudos referentes ao universo juvenil a partir de reflexões desenvolvidas por Zaluar (1994), Sarti (1994), Madeira (1986 e 1989) e Sposito (1994).

Metodologicamente, com exceção da pesquisa de Kappel (1992) e Ulup (1994), os estudos lançam mão de pesquisas de caráter qualitativo, aproximando-se de maneira concreta do espaço de trabalho dos jovens. O mundo do trabalho ganha centralidade, principalmente a partir dos anos 90, o que não significa o abandono das questões referentes à escola.

Setores como o da construção civil, da pesca e do comércio são estudados, principalmente sob a ótica da educação escolar e do desenvolvimento de habilidades, sem tocar naquilo que o próprio trabalho contém de elemento educativo através das formas de gestão, de organização do processo de trabalho e das tecnologias utilizadas.

Excetuando as pesquisas sobre os jovens pescadores e hortigranjeiros, há uma concentração de estudos no universo urbano. Além disso, ainda que o jovem esteja vivenciando situações de trabalho informal, precário, etc., seja no campo, seja na cidade, os estudos deste subtema não contemplam estes espaços concretos de ocupação, permanecendo no âmbito do trabalho formal. Questões relativas ao mercado de trabalho em sua relação com os jovens praticamente não são examinadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção discente aqui examinada privilegiou a instituição escolar em sua relação com o mundo do trabalho, buscando avaliar sua adequação para estudantes trabalhadores. Trata-se de um conjunto bastante desigual quanto à qualidade final dos trabalhos, sobretudo aqueles produzidos no início do período estudado. Mas esse bloco revela, de modo geral, a existência de um ensino fundamental ou médio, na modalidade profissionalizante ou não, inadequado para jovens. Entre as razões básicas apontadas, uma delas diz respeito à incompatibilidade entre trabalho e escola, ora apontando as dificuldades que nascem da atividade produtiva, em geral precoce, ora apontando a incapacidade da escola em atender às peculiaridades de um tipo diferente do aluno. Poucos são os estudos que se detiveram no próprio mundo do trabalho do jovem, investigado a partir de espaços não-escolares. Aqueles que o fizeram evidenciaram, sobretudo, o rico processo educativo existente neste universo e, de modo mais tímido, questões relativas ao mercado de trabalho.

Quando as investigações tomam para análise o jovem e as questões relativas a sua qualificação e escolha profissional, também apontam para a inadequação da escola, evidenciando um descompasso entre as inúmeras aspirações dos alunos quanto à questão profissional e as escassas competências oferecidas pelo sistema educativo.

Nos momentos em que a escola é tomada para análise como espaço sociocultural ou a partir do ponto de vista dos sujeitos, ela revela-se mais rica e complexa, pois, embora constituída de uma população que trabalha, a instituição aparece como local de desenvolvimento de relações afetivas, de amizade, de socialização, de construção de identidade, questões que nem sempre têm o trabalho como seu eixo estruturante.

A Qualidade da Escola em Questão: a Denúncia nas Décadas de 80 e 90

Se, por um lado, é possível perceber uma certa periodização relativa às tendências da produção discente de pós-graduação em torno do tema *Jovens, Mundo do Trabalho e Escola*, por outro, percebe-se também uma certa repetição nas conclusões, quando descrevem a precária qualidade da educação oferecida nas escolas a jovens trabalhadores ao longo do período estudado.

O fenômeno da democratização do acesso das camadas populares à escola, particularmente após a promulgação da Lei nº 5.692/71, atraiu os alunos da pós-graduação, que começam a se debruçar sobre as questões da qualidade do ensino noturno freqüentado por estudantes trabalhadores.

Os primeiros resultados da produção discente de pós-graduação começam a aparecer na década de 80, a “década perdida”, e avançam pelos anos 90, a “década do desemprego”.

As teses e dissertações analisadas permitem dizer que se configurou no interior da pesquisa produzida nos programas de pós-graduação de educação, para o período analisado, uma ação importante de denúncia sobre a inadequação dos cursos noturnos para estudantes trabalhadores e, em última instância, da própria política educacional brasileira, chamando a atenção para o fato de que apenas a democratização do acesso não era suficiente, sendo necessário, também, atentar para as questões da qualidade do ensino, levando em conta a articulação entre trabalho e educação para jovens.

De uma maneira geral, nessas duas décadas, os diferentes pesquisadores se propuseram realizar uma análise sobre a escola ancorada nos referenciais marxistas, ora privilegiando as práticas que reiteram as relações de exploração ou dominação em decorrência do processo de trabalho, ora reforçando a busca de um novo modelo voltado para aqueles que precisam trabalhar para prosseguir seus estudos. Nessa última vertente, aparece, no final dos anos 80 e início da década de 90, uma apropriação bastante propositiva do marxismo na defesa do princípio educativo do trabalho e da educação politécnica. Estabelecido mais como ideário do que ferramenta analítica, esse conjunto de premissas teve o mérito de ampliar o debate sobre o sentido da escola; no entanto, sob o ponto de vista da produção do conhecimento, esse conjunto de premissas não ofereceu grandes possibilidades analíticas, uma vez que, freqüentemente, a perspectiva teórica professada no texto estava dissociada do objeto empírico.

Nos anos 80, é clara a referência das pesquisas à Lei nº 5.692/71 e ao fato de ela determinar que a orientação profissional deveria ser tarefa da escola, da família e da comunidade. Muitas investigações debruçam-se sobre essas questões para, em primeiro lugar, realizar a crítica à Lei, e, em segundo lugar, enfatizar que os alunos tinham poucas opções de cursos, em sua maioria inadequados às suas escolhas. Referências teóricas são buscadas na Psicologia, especialmente quando se trata desta problemática, havendo uma forte presença de análises pautadas pela vertente crítica. Os estudos negam a Psicologia clássica, que analisaria o indivíduo desvinculado de suas interferências sociais. Recorrem, como tentativa de superação, a um certo ideário pedagógico-filosófico que permitiria, na visão dos autores, superar os limites das abordagens estritamente psicológicas.

Mesmo que inúmeras dissertações e teses anunciem, já no seu início, a intenção de realizar investigação que permitam a obtenção de sinalizações para a construção de novas alternativas na escola, essa intenção, em grande parte delas, não se concretizou. As análises mostram-se repetitivas ao longo do período estudado, reiterando a inadequação da escola e a desqualificação que ela produz; a investigação realizada não foi capaz de apontar para aquilo que almejava, e todas as propostas de alteração da escola são produzidas muito mais como intenção do que como algo que emerge do trabalho de conhecimento.

Assim, além de um certo predomínio do propositivo como uma vocação reiterada do pesquisador, acaba por ocorrer ênfase excessiva nas dicotomias produção e reprodução, transformação e conservação, resistência e inculcação ideológica, caracterizando a escola, independentemente do seu nível, como um elo a mais na cadeia dos processos repetitivos da ordem social, somente rompido no plano das intenções do autor do texto. Por essas razões, é atribuída à instituição escolar a tarefa de libertar seus alunos através da ação, no sentido de conscientizá-lo sobre sua exploração.

Ao que tudo indica, diante do teor reiterativo da produção discente, parece estar se configurando um certo padrão de esgotamento desse tipo de investigação, que se limita a permanecer na retratação da inadequação da escola para os jovens trabalhadores.

Algumas Inflexões

A denúncia da inadequação que marcou a análise dos cursos noturnos ao longo das décadas de 80 e 90 não foi movimento único da pesquisa discente de pós-graduação nesse eixo temático. No final dos anos 80 e ao longo da década de 90, numa conjuntura marcada pela discussão e definição de

uma nova Constituição brasileira e de elaboração de uma nova LDB, aprovada em 1996, a escola e estudantes trabalhadores foram analisados, também, por um conjunto importante de pesquisadores, sob um outro olhar teórico, denotando o surgimento de novas possibilidades empíricas e analíticas.

Há uma diversificação maior do quadro teórico e um movimento simultâneo de busca de categorias analíticas capazes de articular o material empírico com as orientações teóricas dos autores. Um dos aspectos interessantes da produção dos anos 90 é a tentativa de alargar a compreensão do aluno que trabalha, mediante a incorporação da categoria Juventude. Trata-se, assim, de um esforço inicial que procura articular, de um lado, as dimensões analíticas das classes sociais, tradicionais nos estudos da área da educação, com os recortes socioculturais do momento de vida. Trata-se menos de uma atitude de colher opiniões dos alunos, mas, principalmente, de construção teórico-metodológica de um objeto de pesquisa: o jovem na sua interação com o mundo do trabalho e da escola. Os referenciais teóricos são diferenciados, aparecendo os autores que examinaram a questão juvenil ao lado dos recursos teóricos da Sociologia da Educação.

Novos temas também aparecem, alguns fazendo eco às novas orientações da política educacional. Entre as problemáticas estudadas está a questão dos cursos técnicos, cujo lugar se encontra ameaçado com a vigência da nova LDB. Nesse caso, a pesquisa também revela a existência de cursos técnicos bem-sucedidos, como aqueles oferecidos pelas escolas técnicas federais ameaçadas de desaparecimento em função da nova legislação.

Surgem novos problemas ligados aos efeitos das mudanças tecnológicas sobre o jovem e sua busca de qualificação ou, até mesmo, sobre o sentido do trabalho na construção de sua identidade. O trabalho como local de ação, de vivência de experiências e de aprendizagem dos jovens passa a ser pesquisado mais intensamente durante a década de 90, mas ainda timidamente. Setores específicos são estudados, principalmente sob a ótica da educação escolar, do desenvolvimento de habilidades, sem tocar naquilo que o próprio trabalho contém de elemento educativo mediante as formas de gestão, de organização do processo de trabalho e das tecnologias utilizadas.

Assim, todos os estudos estão discutindo jovens trabalhadores, mas pouco se sabe sobre o mundo do trabalho e o lugar ocupado por esses sujeitos neste espaço, seja de poder, seja de configuração da própria gestão e da organização dos processos produtivos. Além disso, outros setores econômicos não foram ainda investigados – como o rural –, evidenciando um aprisionamento das pesquisas ao universo urbano.

Questões relativas ao mercado de trabalho e ao desemprego do jovem também foram pouco pesquisadas. Por exemplo, no conjunto da produção discente examinada, não se verifica nenhum estudo sobre o desemprego e o trabalho informal, que sempre atingiram de maneira marcante os jovens brasileiros. Nada se sabe, por exemplo, como pensam, vivem, agem e o que sentem os jovens sob o desemprego, fenômeno que mais chamou a atenção na década de 90, porém mais antigo, conforme sempre denunciaram as estatísticas: em 1980, havia 1,2 milhão de desempregados no Brasil, 68,7% deles jovens, e, em 1989, o desemprego total era estimado em 1,9 milhão de trabalhadores e, destes, 1,1 milhão correspondia a pessoas com idade inferior a 24 anos (Pochmann, 1999).²²

Os Limites dos Caminhos Trilhados

Sob o ponto de vista metodológico, pode-se dizer que as décadas de 80 e 90 não apresentaram grandes diferenças. Verificou-se o predomínio das pesquisas qualitativas nas modalidades estudo de caso e estudo exploratório. De modo geral, pesquisadores trabalharam com dados quantitativos, particularmente originados de organização de questionários e entrevistas. Mesmo quando explicitaram a opção pela pesquisa etnográfica, o que se pôde verificar é que ela, de modo geral, não se realizou.

Quase sempre, os alunos-trabalhadores foram tomados como informantes, trazendo à tona uma enorme diversidade de questões, como as já citadas ao longo das considerações feitas até

²² Chama a atenção, também, o pequeno número de estudos que relacionam jovem e trabalho às questões de gênero e etnia.

aqui. Além disso, evidenciaram, através de dados, o quanto a escola que aí está desqualifica e como há uma incompatibilidade entre ela e o trabalho, nos moldes em que se organiza a atividade pedagógica.

As investigações revelam também, pela fala de alunos trabalhadores, que a escola é apropriada por eles como espaço de construção de relações afetivas, de amizade, de socialização, de construção de suas identidades, enfim, marcadas, em graus diferentes, pela ética do trabalho.

Mas, ao mesmo tempo, não se pode deixar de considerar que, em termos metodológicos, as investigações se mostraram limitadas, principalmente, à obtenção de informações dos jovens através de questionários e entrevistas.

Há uma clara demanda de estudos amplos, de natureza quantitativa, sobre as condições do trabalho do jovem na sociedade brasileira, de modo a iluminar novas hipóteses para os estudos que trabalham em uma perspectiva qualitativa, sob pena de estes últimos conduzirem a uma reiteração dos resultados já obtidos em pesquisas anteriores.

Todos os estudos classificados neste tema, de uma ou de outra forma, passam pelo jovem, se não como sujeito a ser investigado, pelo menos como informante privilegiado para falar acerca de suas representações sobre escola e trabalho, para avaliar particularmente a escola, para dizer de suas necessidades em termos de formação em alguns locais de trabalho. Poucos são os que recorrem a ferramentas analíticas que interroguem o jovem para além de um conjunto de opiniões e examinem, também, suas orientações e práticas.

Lacunas e Novas Possibilidades de Pesquisa

Pensar lacunas e novas possibilidades de pesquisa no campo da tríade juventude, trabalho e educação implica definir antecipadamente de que sujeito se fala; sem esta definição, corre-se o risco de diluir esse campo nos dois restantes elementos da tríade – trabalho e escola –, permanecendo aprisionado às questões institucionais, como se elas fossem autônomas e passíveis de análise através do uso exclusivo de categorias macrosociais.

Além de tomar a juventude como uma categoria social com peculiaridades que merecem ser investigadas, o seu cruzamento com questões específicas do trabalho – tais como o lugar ocupado pelos jovens na estrutura de uma empresa, as novas questões a serem enfrentadas por eles em função das novas tecnologias e novas formas de organização da produção e de gestão –, os efeitos, as experiências e as ações desencadeadas pelos setores juvenis em torno de situações de desemprego e de trabalho informal talvez possam não só desvendar o mundo do trabalho, como, também e principalmente, trazer elementos para a reformulação da escola, uma vez que a identificação de sua inadequação já foi exaustivamente apontada.²³

Se, por um lado, essas diversas questões não permitem configurar nenhuma tendência em termos de pesquisa, por outro, cumprem papel importante no sentido de apontar a complexidade já citada e anunciar a abertura de novas possibilidades de investigação que poderão marcar os estudos do início do século 21. O maior adensamento da área exigirá, necessariamente, um diálogo teórico mais estreito com a Sociologia do Trabalho e a Economia. Evidentemente, essa interação caminhará ao lado de um aprofundamento necessário dos estudos que tratam a juventude como uma categoria social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Teses

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. *As relações educação e trabalho na escola do 'não-trabalho': o aluno-trabalhador e o professor 'não-trabalhador'*. Porto Alegre, 1989. 315 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

²³ Mereceriam atenção problemáticas ainda não investigadas, como o sistema S, particularmente o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), e a formação dos jovens para o trabalho.

D'ÁVILA, José Luiz Pioto. *Determinantes sociológicos na redefinição do perfil de instituições de ensino técnico: o caso da ETFES*. Rio de Janeiro, 1996. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

FELDMANN, Marina Graziela. *A dimensão Trabalho na escola de segundo grau pública paulista: da historia ao cotidiano*. São Paulo, 1995. 249 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MARQUES, Maria Ornélia da Silveira. *Os jovens na escola noturna: uma nova presença*. São Paulo, 1995. 215 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

MEDEIROS, Maria Deusa de. *Aspirações educacionais e ocupacionais dos alunos concluintes do 1º grau oriundos das camadas populares: análise e interpretação do processo de sua estruturação e manifestação*. Rio de Janeiro, 1988. 296 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

PAGOTTI, Antonio Wilson. *Em busca da compreensão e superação do insucesso escolar no ensino noturno de primeiro grau*. São Paulo, 1992. 190 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

URT, Sonia da Cunha. *Uma análise psicossocial do significado do trabalho para os jovens*. Campinas, 1992. 322 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

Dissertações

ALMEIDA, Elisabeth Gomes de. *Na relação escola-trabalho, o sonho que ainda permanece: um estudo sobre a representação que alunos da suplência II da rede municipal de ensino fazem da socialização escolar*. São Paulo, 1993. 97 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

ALVARIM, Vânia Maria de Souza. *Escola noturna: sonhos e lutas dos trabalhadores*. Niterói, 1992. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense.

AMARAL, Norma Bruno Ccharelli. *Relação entre nível de maturidade vocacional e adequação de escolha da área profissionalizante*. Rio de Janeiro, 1980. 80 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ARANTES, Fernando Antonio. *Colégios técnicos numa universidade de vanguarda: avaliação segundo seus egressos*. Campinas, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

ARRAIS, Cristiane Holanda. *Trabalho e ensino noturno: uma alternativa de escola para as classes trabalhadoras*. Fortaleza, 1994. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceara.

BARRETO, Ana Leda Vieira. *O currículo da escola de 1º grau e o trabalho de jovens estudantes trabalhadores: o significado da construção do conhecimento nesta relação*. Salvador, 1993. 202 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.

BECKER, Erica Georgina. *A escolha da profissão: uma leitura psicopedagógica do conteúdo de discursos femininos*. Porto Alegre, 1995. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

- BENASULLY, Jussara Sampaio. *O ensino regular noturno de quinta a oitava série e o problema do aluno trabalhador*. Niterói, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense.
- BITES, Maria Francisca de Souza C. *O ensino noturno em Goiânia: um diagnóstico*. Goiânia, 1992. 245 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás.
- BORTOLI, Maria Conceição. *Ensino de segundo grau noturno: o aluno e a escola*. Porto Alegre, 1985. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- CAFFER, Maria Aparecida Menezes. *O ensino noturno em uma escola de periferia de São Carlos: uma inserção no seu cotidiano*. São Carlos, 1990. 229 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos.
- CARVALHO, Célia Pezzolo de. *A ilusão da escola e a realidade do trabalho: o ensino noturno de primeiro grau de uma unidade escolar de Ribeirão Preto*. São Carlos, 1981. 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos.
- CASTRO, Elba Irene Diaz. *Representações sociais em estudantes trabalhadores*. Campinas, 1984. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- COELHO, Suzana Lanna Burnier. *As disciplinas dos indisciplinados: código de normas e valores de jovens favelados de uma área industrial*. Belo Horizonte, 1992. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.
- CORDEIRO, Verbena Maria Rocha. *O ensino noturno de segundo grau: configuração e relação com os trabalhadores/alunos*. Salvador, 1985. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.
- COSTA, Áurea de Carvalho. *As palavras e as meias palavras: a evasão segundo os alunos e segundo os dados oficiais*. São Carlos, 1995. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos.
- DAYRELL, Juarez Tarcisio. *De olho na escola: as experiências educativas e a escola na ótica do aluno-trabalhador*. Belo Horizonte, 1989. 399 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.
- DORIGON, Rosane. *As representações sociais de jovens e adultos trabalhadores tardiamente escolarizados sobre a escola: estudo de casos na Argentina e no Brasil*. Porto Alegre, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- ESCARIÃO, Glória das Neves Dutra. *Educação escolar e trabalho: um estudo sobre o significado da educação escolar e trabalho a partir das representações sociais dos estudantes-trabalhadores*. João Pessoa, 1996. 186 f. Anexos. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba.
- FERRAZ, Marilene de Carvalho. *O curso noturno, o aluno-trabalhador e o conhecimento escolar, na visão dos professores*. Recife, 1989. 91 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco.

- FERREIRA, Fátima Conceição. *Paixão e conflito: um estudo sobre o aluno trabalhador de quinta série noturna*. Uberlândia, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia.
- FIKER, Sergio. *Escola noturna: a dupla condição do trabalhador-estudante*. São Paulo, 1989. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- FONSECA, Fabio do Nascimento. *Fatores determinantes da evasão numa experiência de educação de adultos trabalhadores: um estudo de caso*. João Pessoa, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba.
- FREITAS, Jussara da Rocha. *Alunos e alunas da classe trabalhadora na escola noturna: obediência e resistência*. Porto Alegre, 1994. 87 f. Anexos. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- FREITAS, Maria Virginia de. *Jovens no ensino supletivo: diversidade de experiências*. São Paulo, 1995. 265 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- GALINDO, Neusa Prates. *O aluno trabalhador do curso noturno: um estudo exploratório*. Marília, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista.
- GERKEN, Carlos Henrique de Souza. *Caçadores de esperanças: a conquista da escrita por jovens hortigranjeiros de Ibirité*. Belo Horizonte, 1991. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.
- GUIMARÃES, Elisabeth da Fonseca. *O aluno trabalhador: das possibilidades de um cotidiano político a uma política para o cotidiano*. Campinas, 1990. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- HICKMANN, Roseli Inês. *Estudar e/ou trabalhar: ser aluno-trabalhador é possível?* Porto Alegre, 1992. 155 f. Anexos. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- KAPPEL, Maria Dolores Bombardelli. *A situação “estudante-trabalhador” e sua apreensão via pesquisa domiciliar: revisão conceitual-metodológica e sugestões para seu desenvolvimento*. Rio de Janeiro, 1992. 218 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- KALAF, Maria Lucia. *A revelação do avesso: o aluno supletivo por ele mesmo (um estudo etnográfico)*. Rio de Janeiro, 1990. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- LIMA, Maria do Socorro Quariguasi. *A profissionalização de segundo grau em São Luís do Maranhão*. Rio de Janeiro, 1984. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas.
- LOPES, Maria José. *O aluno evadido de segundo grau noturno e sua percepção da escola: um estudo de caso*. Vitória, 1985. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo.

- MACHADO, Álvaro Lima. *Um estudo de relações entre educação e trabalho a partir de um acompanhamento de estagiários e técnicos em Química da E.T.F.B.A.* Salvador, 1991. 255 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.
- MACHADO, Marlene Marques. *O aluno trabalhador no ensino noturno da escola pública: suas percepções e expectativas.* São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MACIEIRA, Silvio Rezende. *Perfil do técnico em processamento de dados, no estado do Rio de Janeiro, sob as perspectivas da empresa e do sistema educacional.* Niterói, 1981. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Federal Fluminense.
- MONTEIRO, Arlete Assumpção. *O trabalho como agente de educação: um estudo sobre a educação numa comunidade de pescadores em Santa Catarina/Brasil.* São Paulo, 1986. 261 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MUNIA, Helaine. *Ensino profissionalizante: uma experiência malograda.* Rio de Janeiro, 1982. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas.
- NEVES, Claudia Elizabeth Abbes Baeta. *Um olhar cartografando a escola do aluno trabalhador.* Niterói, 1992. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense.
- NEVES, Maria da Luz dos Santos. *O trabalho: representações do estudante-trabalhador (estudo de caso numa escola estadual).* João Pessoa, 1985. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba.
- NIGRO, Emilia Cortes. *Orientação profissional na escola de segundo grau: um estudo exploratório.* São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- NUNES, Antonietta de Aguiar. *Lutando para estudar: o aluno e a escola média pública noturna em Salvador.* Salvador, 1995. 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.
- OCTAVIANI, Maria Ines Crnkovic. *Um “retrato” do aluno do ensino médio noturno em São Carlos.* São Carlos, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos.
- OLIVEIRA, Ametista Nunes de. *A escola noturna: obstáculo ou uma esperança para o aluno trabalhador?* Salvador, 1991. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.
- OLIVEIRA, Leila Maria Serafim de. *Sentimentos e expectativas de vida vivenciados por alunos de cursos técnicos noturno e suas implicações pedagógicas.* Porto Alegre, 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- OLIVEIRA, Maria José Cassiano de. *Trajetórias escolares de alunos trabalhadores do ensino médio noturno: o significado da volta a escola.* Belo Horizonte, 1994. 238 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.
- OLIVEIRA, Sirleyde Dias de Almeida. *O ensino noturno necessário e de qualidade.* Natal, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

- PEIXOTO, Anais Potier. *A função dialética da escola face às aspirações profissionais de estudantes das últimas séries do primeiro grau*. Curitiba, 1984. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná.
- PICONEZ, Stela Conceição Bertholo. *Habilitação específica de segundo grau para o magistério: expectativas e necessidades de sua clientela*. São Paulo, 1989. 273 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- PORTELA, Edy Luiza Felix. *Valores mediados pelo currículo na percepção do aluno trabalhador da escola noturna de segundo grau*. Curitiba, 1989. 312 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná.
- REBELLO, Marina Teixeira Barroso. *Educação e mobilidade ocupacional: o caso dos trabalhadores da construção civil do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1981. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas.
- REGINATO, Ana Maria. *O curso noturno e a exclusão do aluno trabalhador: um estudo de caso*. Piracicaba, 1995. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba.
- RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza. *Estudo fenomenológico do ensino-aprendizagem na escola noturna: casuística de evasão e repetência*. Uberlândia, 1992. 93 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia.
- RISSON, Theresinha de. *Escolha profissional, fatores de personalidade, interesses profissionais e formação profissionalizante: um estudo com alunos de 3ª série do segundo grau de escolas de Porto Alegre*. Porto Alegre, 1984. 262 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- RODRIGUES, Ana Tereza Drumond. *“Ou bem estuda, ou bem trabalha”*: a relação escola/trabalho a partir da representação do aluno excluído-evadido. Belo Horizonte, 1987. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.
- RODRIGUES, Eduardo Magrone. *Evasão escolar no ensino noturno de segundo grau: um estudo de caso*. Porto Alegre, 1994. 220 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- ROLKOUSKI, Alceu. *O ensino profissionalizante de segundo grau: uma proposta alternativa*. Curitiba, 1984. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná.
- RUSSI, Doralice dos Santos. *A análise das incongruências na preparação não-profissionalizante para o trabalho no segundo grau em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
- SÁ, Maria Roseli Gomes Brito de. *Significado do currículo na formação do aluno trabalhador: conhecimento que se constrói no trabalho?* Salvador, 1994. 97 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.
- SALES, Luis Carlos. *Escola, trabalho e mobilidade profissional: investigação sobre as relações entre expectativas profissionais e limites escolares*. Teresina, 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí.

- SANCHES, Diva. *Educação e trabalho*: subsídios para um projeto pedagógico político dimensionado para estudantes-trabalhadores da escola pública noturna. São Paulo, 1998. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- SENRA, Inês Paz. *Ensino noturno*: o trabalho calado ao pôr-do-sol. Niterói, 1997. 235 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense.
- SILVA, Maria Luiza Tapioca. *Trabalho e construção do conhecimento*: uma conexão circunscrita ao currículo do curso de Instrumentação Industrial da Escola Técnica Federal da Bahia. Salvador, 1994. 94 f. Dissertação (Mestrado em educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.
- SILVA, Mariléia Maria da. *Programa de trainee*: formação e identificação com a empresa diante do mercado globalizado. São Paulo, 1998. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SILVA, Rosanna Rita. *A concepção de trabalho entre adolescentes no contexto do pós-modernismo*. Curitiba, 1995. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná.
- SIMPLÍCIO, Cleuza Maria Lopes. *Ensino de segundo grau*: realidade e contradições. Campinas, 1989. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- SIQUEIRA, Janes Terezinha Fraga. *O jovem que estuda e trabalha*: o caso do Brasil e da Argentina. Porto Alegre, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- SOARES, Dulce Helena Penna. *O jovem e a escolha profissional*. Porto Alegre, 1985. 157 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- SOUZA, Gláucia Regina Raposo de. *Repetentes e “pseudodesistentes” da primeira série do segundo grau*: o que pensam, o que se pensa deles.... Rio de Janeiro, 1995. 84 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- SOUZA, Maria Cristina Vergara Emmerich. *Concepções sobre autoridade docente*: um estudo com alunos do curso noturno. São Paulo, 1993. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- TAHIM, Mércia Maria Fonseca da Cunha. *Escolas noturnas femininas*: expectativas educacionais e ocupacionais. João Pessoa, 1982. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba.
- ULUP, Lilian Rose. *Trabalho-escola*: por onde passa a qualificação profissional? Rio de Janeiro, 1994. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas.
- VIEIRA, Márcia Núbia Fonseca. *Herdeiros de Sísifo*: uma contribuição para a compreensão do processo inclusão/exclusão na escola e no trabalho. São Paulo, 1997. 96 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Livros e Artigos

- ABRAMO, H. W. *Cenas juvenis*. São Paulo: Scrita, 1994.

- ABRAMO, H. W. Lazer: os embalos de sábado à noite. *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, n. 240, p. 6-8, abr. 1989.
- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- ANDRÉ, M. E. D. A abordagem etnográfica: uma nova perspectiva na avaliação educacional. *Tecnologia Educacional*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 9-12, set./out. 1978.
- _____. A pesquisa no cotidiano da escola e o repensar da Didática. *Educação & Sociedade*, São Paulo, n. 27, 1987.
- _____. *Etnografia da prática escolar*. Campinas: Papyrus, 1995.
- ANDRÉ, M. E. D.; LÜDKE, Menga. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.
- ÁRIAS, A. R. Avaliando a situação ocupacional e dos rendimentos do trabalho dos jovens entre 15 e 24 anos de idade na presente década. In: JOVENS acontecendo na trilha das políticas públicas. Brasília: CNPD, 1998.
- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1981.
- ARROYO, M. Currículo, cultura e poder. *I Caderno de Educação*, Belo Horizonte, 1997.
- _____. *Da escola carente à escola possível*. São Paulo: Loyola, 1986.
- _____. O princípio educativo: o trabalho ou a resistência ao trabalho? *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 1, 1990.
- _____. Revendo os vínculos entre trabalho e educação: elementos materiais da formação humana. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *Trabalho, educação e prática social: por uma teoria da formação humana*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- BAUDELOT, C.; ESTABLET, R. *L'école capitaliste en France*. Paris: Maspero, 1976.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. cap.: A "juventude" é apenas uma palavra.
- BRASLAVSKY, C. *Juventud y sociedad en Argentina*. [S. l.]: Cepal, 1985.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- CAPORALINI, M. B. S. C. *A transmissão do conhecimento e ensino noturno*. Campinas: Papyrus, 1991.
- CARDOSO, F. H. *Proletariado no Brasil: situação e comportamento social*. São Paulo: [s. n.], 1962.
- CARRAHER, T. N. *Sociedade e inteligência*. São Paulo: Cortez, 1989.

CUNHA, L. A. Aspectos sociais da aprendizagem de ofícios manufatureiros no Brasil Colônia. *Fórum Educacional*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 1979.

_____. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

_____. Mercado de trabalho e profissionalização no 2º grau. In: NAGLE, Jorge (Org.). *Educação brasileira: questões da atualidade*. São Paulo: São Paulo Liv., 1976.

_____. *Política educacional no Brasil: profissionalização no ensino médio*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1977.

_____. Quem educa os educadores? *Educação & Sociedade*, São Paulo, v. 1, n. 5, p. 41-46, 1980.

DUBET, F. Conduites marginales des jeunes et classes sociales. *Revue Française de Sociologie*, Paris, n. 28, p. 265-285, 1987a.

_____. *La galère: jeunes en survie*. Paris: Fayard, 1987b.

_____. *Les lycéens*. Paris: Seuil, 1991.

EISENSTADT, S. N. *De geração a geração*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

ENQUITA, M. *A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ERIKSON, E. *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

EZPELETA, J.; ROCKWELL, E. *Pesquisa participante*. São Paulo: Cortez, 1989.

FERRETTI, C. et al. (Org.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1994.

FORACCHI, M. A. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.

_____. *A participação social dos excluídos*. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Ed. Nacional, 1965.

FOULCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

FRANCO, M. L. Barbosa. Possibilidades e limites do trabalho enquanto princípio educativo. In: FRANCO, M. L. B.; ZIBAS, D. M. (Org.). *Final do século: desafios da educação na América Latina*. São Paulo: Cortez, 1990.

FRANCO, M. L.; DURIGAN, M. I. O aluno de cursos profissionalizantes a nível de 2º grau: um retrato sem retoques. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 48, p. 46-56, 1984.

FREITAG, B. *Escola, Estado e sociedade*. São Paulo: Edart, 1980.

_____. Política social e educação. *Em Aberto*, Brasília, v. 4, n. 27, p. 1-15, jul./set. 1985.

- FRIGOTTO, G. *A produtividade da escola improdutivo: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. São Paulo: Cortez, 1984.
- _____. As mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora: politécnica, polivalência ou qualificação. In: MACHADO, L. et al. *Trabalho e educação*. Campinas: Papyrus, 1991.
- _____. *Educação e crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 1995a.
- _____. *Neoliberalismo, qualidade total e educação*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995b.
- _____. Trabalho, educação e tecnologia: treinamento polivalente ou formação politécnica? In: SILVA, T. T. (Org.). *Trabalho, educação e prática social: por uma teoria da formação humana*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- FRIGOTTO, G.; MINAYO, G.; ARRUDA, M. *Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez, 1987.
- FURTER, P. A juventude e o espírito da época: novas tarefas pedagógicas. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 99, p. 28-44, 1965.
- GADOTTI, M. *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*. São Paulo: Cortez, 1983.
- GIROUX, Henry. *Escola crítica e política cultural*. São Paulo: Cortez, 1987.
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- _____. *Maquiavel e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1994.
- HELLER, A. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- IANNI, O. O mundo do trabalho. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 2-12, jan./mar. 1994.
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- KUENZER, A. A escola de segundo grau na perspectiva do aluno trabalhador. *Cadernos Cedes*, São Paulo, n. 20, 1988a.
- _____. *A pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez, 1986.
- _____. A questão do ensino médio no Brasil: a difícil superação da dualidade estrutural. In: TRABALHO e educação. Campinas: Papyrus, 1992. (Coletânea da CBE).
- _____. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes, 1998.

- KUENZER, A. *Educação e trabalho no Brasil: o estado da questão*. Brasília: Inep, 1987.
- _____. *Educação no Brasil: o estado da questão*. Brasília: Inep: Reduc, 1991. Mimeografado.
- _____. *Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo*. São Paulo: Cortez, 1988b.
- _____. *Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1997.
- LEFEBVRE, H. *La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.
- LEONTIEV, A. *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Horizonte, 1978.
- LIBÂNEO, J. C. Saber, saber ser, saber fazer: o conteúdo do fazer pedagógico. *Revista ANDE*, São Paulo, 1982. Número especial.
- MACCIOCCHI, M. A. *A favor de Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- MACHADO, L. *Politecnia, escola unitária e trabalho*. São Paulo: Cortez, 1989.
- MADEIRA, F. A roda viva do mercado. *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, n. 240, p. 9-12, abr. 1989.
- _____. Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 58, p. 15-48, ago. 1986.
- MAFRA, L. A.; CAVALCANTI, E. C. (Org.). *O ensino médio no Brasil: da ruptura do privilégio à conquista do direito*. Brasília: Inep, 1992.
- MANACORDA, M. A. *Marx e a pedagogia moderna*. São Paulo: Autores Associados, 1991.
- MARTINS, J. S. A valorização da escola e do trabalho no meio rural. *Debate e Crítica*, n. 2, p. 112-132, jan./jun. 1974.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Nova Cultural, 1991. cap.: Introdução à crítica da economia política.
- _____. Trabalho, juventude e educação politécnica. In: BRITO, S. (Org.). *Sociologia da juventude*. Rio de Janeiro: Zahar. 1968. v. 1.
- MELUCCI, A. *Il gioco del'io: il cambiamento di sé in una società globale*. Milano: Stampa Gráfica Sipiel, 1992.
- _____. *L'invenzione del presente: movimenti sociali nelle società complesse*. Bologna: Mulino, 1991.
- _____. Mouvements sociaux, mouvements post-politiques. *Revue Internationale d'Action Communautaire*, v. 10, n. 50, p. 13-44, 1983.
- ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento*. Campinas: Pontes, 1987.
- PATTO, M. H. S. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e de rebeldia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.

- PENIN, S. T. *Cotidiano e escola: a obra em construção*. São Paulo: Cortez, 1989.
- _____. Educação básica: a construção do sucesso escolar. *Em Aberto*, Brasília, v. 11, n. 53, p. 3-12, jan./mar. 1992.
- POCHMANN, M. Emprego e desemprego juvenil no Brasil: as transformações nos anos 90. In: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Desemprego juvenil no Brasil: em busca de opções à luz de experiências internacionais*. Brasília, 1999.
- POPPOVIC, A. M. A escola, a criança culturalmente marginalizada e a comunidade. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 30, p. 51-55, set. 1979.
- RODRIGUES, M. *Psicologia educacional: uma crônica do desenvolvimento humano*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978.
- ROSSI, W. *Capitalismo e educação: contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.
- SALM, C. *Escola e trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- SARTI, C. A. A família como ordem moral. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 91, p. 46-53, nov. 1994.
- SAVIANI, D. *A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas*. Campinas: Autores Associados, 1997.
- _____. A pedagogia histórico-crítica no quadro das tendências críticas da educação brasileira. *Revista ANDE*, São Paulo, 1986.
- _____. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1985.
- _____. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. São Paulo: Cortez, 1984.
- _____. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso (Org.). *Trabalho e educação*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____. *Sobre a concepção de politecnia*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- SCHULTZ, T. *O capital humano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- SIMONSEN, R. *A evolução industrial no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1939.
- SNYDERS, G. *A alegria na escola*. São Paulo: Manole, 1988.
- _____. *Escola, classe e luta de classes*. Lisboa: Moraes, 1977.
- _____. *Não é fácil amar nossos filhos*. Lisboa: D. Quixote, 1984.
- _____. *Pedagogia progressista*. Coimbra: Almedina, 1974.
- SPOSITO, M. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. *Tempo Social*, São Paulo, v. 5, n. 1/2, p. 161-178, 1994.

- _____. Indagações sobre a educação de jovens filhos de migrantes. *Travessia*, São Paulo, v. 5, n. 112, p. 25-29, jan./abr. 1992a.
- _____. Jovens e educação: novas dimensões da exclusão. *Em Aberto*, Brasília, v. 11, n. 56, p. 43-53, out./dez. 1992b.
- _____. O migrante e a educação: o sonho nutre a luta. *Travessia*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 16-21, set./dez. 1988.
- _____. *O trabalhador estudante*. São Paulo: Loyola, 1989.
- THIOLLENT, M. Aspectos qualitativos da metodologia de pesquisa com objetivos de descrição, avaliação e reconstrução. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 49, p. 45-50, 1984.
- _____. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1987.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. *Tradición, revuelta y conciencia de clase*. Barcelona: Critica, 1979.
- TIRADO, J. Monteiro. *La comunicación social e los jóvenes hacia el año 2000*. Asunción, 1994. Mimeografado.
- TREIN, E. Entrevista. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, n. 0, 1996.
- VELHO, G. *Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- WARDE, M. *Educação e estrutura social: a profissionalização em questão*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1977.
- WILLIS, P. *Aprendendo a ser trabalhador: escola, resistência e reprodução social*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- YAMAMOTO, O. H. *Educação brasileira e a tradição marxista (1970-1990)*. São Paulo: Moraes; Natal: EDUFRN, 1996.
- ZALUAR, A. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ZALUAR, A. (Org). *Violência e educação*. São Paulo: Livros do Tatu, 1992.